

BOLSONARO É A VELHA POLÍTICA

Desgastado pelos escândalos de corrupção no governo e assombrado pelas 555 mil mortes na pandemia, o presidente entrega o poder aos próceres do Centrão, mas volta a atacar a democracia e as instituições



MAS É LULA QUE O POVO QUER

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 2 de Agosto de 2021 Nº 21

NESTA EDIÇÃO

Entrevista com Douglas Belchior e Sheila Carvalho
No Brasil de Bolsonaro, os pobres atrás de osso
Sem mais investimentos públicos em infraestrutura
Grande Sertão Veredas, por Patrus Ananias

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cristóvão

Associação
Miguel
Lemos

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

INSTITUTO
Cruz

LAURO CAIXES E
MARTELLE FRANCO

FLA-AP

ASTROJILDO

Herbert Davis

**PAUTA
BRASIL**

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

transmissão

★

DCM Forth

TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

**focus
BRASIL**

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



**FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores**

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

PLANALTO SE REARTICULA EM TORNO DO ATRASO

ENTREVISTA. Sheila Carvalho e Douglas Belchior reforçam: só Lula detém o genocida

Página 4

VELHACO. Bolsonaro ataca o sistema eleitoral e comete crime de responsabilidade

Página 12

PREFERIDO. O ex-presidente Lula desponta como o candidato favorito do povão

Página 16

COVID-19. A pandemia continua descontrolada e país continua sem estratégia

Página 20

GOLPE. Investimento público em infraestrutura logística foi abandonado pelos governos

Página 28

ESQUERDA. América Latina volta à esquerda, em claro repúdio à agenda neoliberal

Página 32

LITERATURA. Patrus Ananias relembra os 60 anos da obra *Grande Sertão: Veredas*

Página 48

MÚSICA. Alberto Cantalice ressalta o legado da maior cantora do Brasil: Elis Regina

Página 50

EDITORIAL

O BOBO DA CORTE E A BOIADA DO CENTRÃO

Aloizio Mercadante

Obsessivo na bravata de pressionar a democracia, Bolsonaro assistiu, esta semana, a uma forte reação das instituições à sua tentativa de pavimentar uma saída golpista para a iminente derrota eleitoral em 2022. Pressionado e isolado, também foi obrigado a entregar a chave do cofre e a caneta dos cargos ao Centrão, notadamente o PP, patrocinando mais uma humilhação aos generais bolsonaristas no governo.

A primeira grande reação partiu do STF que, de forma inédita, publicou um vídeo oficial, desmentindo Bolsonaro, que insistia em dizer que a Corte teria impedido o governo federal de atuar no combate à pandemia de Covid-19: “Uma mentira contada mil vezes não vira verdade”.

Além disso, Bolsonaro organizou uma live constrangedora em que prometia apresentar provas sobre as fraudes nas urnas eletrônicas. Entretanto, de forma patética o próprio presidente admitiu não ter provas sobre fraudes em eleições anteriores e foi desmentido em tempo real pelo TSE que promete reagir com ações.

Os ataques de Bolsonaro ao atual sistema eleitoral são graves e o alicerce de sustentação do golpismo, porque sabe que, em uma eleição limpa, ele não vence Lula. Por isso, aposta no voto impresso para tentar tumultuar o processo eleitoral e repetir a estratégia golpista da extrema direita, como ocorreu no Peru, na Bolívia e nos Estados Unidos, com Trump.

À medida em que o governo desmorona, Bolsonaro radicaliza nas mentiras e nas ameaças golpistas. Mas, essa estratégia parece ter chegado ao limite do esgotamento, uma vez que a maioria da população rejeita o presidente e o considera falso e autoritário. Também esbarra na dramática situação social e sanitária do país, já amplamente tratadas neste espaço.

Nesse contexto, Bolsonaro assume que sempre foi do Centrão e da velha política, que nas eleições prometia combater. Passeando de moto, criando factóides e fake news para distrair o que resta de sua base social, assemelha-se a um bobo da corte. Enquanto isso, os profissionais tomam conta do governo e tentam passar a boiada do retrocesso e as contra-reformas neoliberais.

Já na primeira semana de retomada dos trabalhos legislativos a base bolsonarista tentará aprovar a reforma política com o voto impresso e o distritão, sistema utilizado em apenas 2% dos países e que agride a pluralidade, a diversidade, a representatividade e o fortalecimento dos partidos. Também está na pauta a privatização dos Correios e a reforma administrativa, que enfraquece o caráter republicano do Estado e abre espaço para o aparelhamento e o fisiologismo.

Não menos grave é a iniciativa de reforma tributária, que já abandonou os avanços do projeto original da Receita – combate à elisão fiscal, ataque a algumas desonerações e taxação de lucros e dividendos. Pelas declarações públicas de Paulo Guedes e parlamentares aliados, só deverá sobrar do projeto o populismo fiscal, com a desoneração de pessoas físicas e jurídicas e a antecipação de receitas para as eleições.

É uma proposta eleitoreira e inconsistente, que compromete a capacidade de atuação do próximo governo e limita a capacidade do Estado de atuar como agente indutor da retomada do crescimento. Uma verdadeira bomba fiscal de efeito retardado para o futuro governo. A proposta não combate privilégios e mantém a desoneração das receitas do capital e a perversa regressividade tributária.

A disputa dessa agenda de retrocessos no Congresso precisa chegar à opinião pública. A oposição precisa ampliar o diálogo com as forças do centro com compromisso democrático na Câmara para enfrentar e procurar derrotar a truculência e o autoritarismo de Bolsonaro. Essa disputa terá impacto direto na garantia das eleições no ano que vem e na posse do candidato eleito – ao que tudo indica, será Lula, a grande esperança portadora de futuro para o povo brasileiro. E será decisiva para a governabilidade e a margem de manobra do futuro governo no combate à fome, ao desemprego e às desigualdades. •



“OUTRO PROJETO É POSSÍVEL, MAS A DISPUTA NÃO ESTÁ GANHA”

Coordenadores da Coalizão Negra por Direitos avaliam que as eleições de 2022 serão duras, com Bolsonaro fortalecido pelo sistema. E só Lula tem condições de enterrar o retrocesso. “Não estamos falando apenas de uma disputa eleitoral, mas de uma disputa de sociedade. Vamos validar em 2022 se aquele pacto republicano firmado na Constituição de 1988 ainda funciona”, argumentam

Por Pedro Camarão

O movimento negro brasileiro tem pressa para reverter os retrocessos nas políticas públicas, retomar a construção de uma sociedade que respeite os direitos dos cidadãos e, principalmente, derrotar o racismo enraizado no Brasil. As metas são apontadas pelo historiador e professor Douglas Belchior, fundador da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro) e pela advogada premiada pela ONU e ativista Sheila de Carvalho. Os dois são membros e articuladores da Coalizão Negra por Direitos, que reúne 250 organiza-

ções de todo o Brasil.

Derrotar Jair Bolsonaro é fundamental, mas outras batalhas se impõem ao movimento negro. Eleger uma bancada negra – “um quilombo no Congresso Nacional” – é uma tarefa fundamental porque o país nunca teve essa bancada negra. Para cumprir esse objetivo, uma das preocupações da Coalizão Negra por Direitos é com a reforma eleitoral. Por isso, assim que o recesso terminar, vão à Brasília se posicionar contra a proposta do “distritão”.

Acompanhar a agenda do Congresso e criar canais de influência com parlamentares é uma

das funções da Coalizão, que tem projeto para o país. As propostas estão na internet e serão apresentadas a as candidaturas do campo progressista. “O movimento negro não vai mais aceitar ser invisibilizado”.

Os dois líderes do movimento negro consideram Luiz Inácio Lula da Silva o melhor nome para enfrentar Bolsonaro. Douglas Belchior, que encontrou o ex-presidente recentemente, afirma que o país deve a Lula o direito de se candidatar porque Bolsonaro só chegou ao poder graças a prisão e interdição política do líder petista. A seguir, trechos da entrevista à **Focus Brasil**:

– O profascismo está perdendo força e engajamento ou a raiz desse problema é estrutural e vai muito além do Bolsonaro e do bolsonarismo?

Douglas Belchior – Os valores conservadores da sociedade brasileira são anteriores o Bolsonaro. Ele é a sua expressão política, conseguiu personificar os horrores dos piores valores brasileiros. A gente vive um momento de um encontro cruel, historicamente perverso. De um lado, um Estado que tem uma natureza genocida e uma natureza fascista. É preciso lembrar isso. O Estado brasileiro é um monstro contra o povo. Sempre foi. Você não tem histórico de Estado a favor das demandas da população brasileira. O que a gente tem historicamente é o exercício do povo organizado, de parcelas da população oprimida se organizando para incidir junto ao Estado pela garantia de direitos de humanidade, sociabilidade, políticos, econômicos, culturais etc. Mas o Estado sempre foi um instrumento a serviço dos interesses das elites, do status quo.

Aliás, tem uma “frasezinha” no Manifesto Comunista que talvez encontre no Brasil de hoje a sua principal concretização na vida real: “O Estado não passa de um escritório dos interesses da burguesia”. Assim mesmo, com essas palavras. Talvez o que nós estamos vivendo hoje seja esse significado elevado à enésima potência. Então, o Estado tem essa natureza, um instrumento voltado para a repressão da maioria, em prol dos interesses de uma minoria. Um Estado que sempre colocou como alvo dos seus braços armados a maioria do povo brasileiro e sempre colocou sua estrutura a serviço dos interesses econômicos das

elites históricas. No início do século 20, daqueles herdeiros diretos dos escravocratas. E no desenvolvimento do século e até os nossos dias, dos novos ricos e dos interesses diversos das elites e dos interesses internacionais.

Do outro lado [do encontro perverso], você tem uma figura que representa esse pensamento mais conservador. Ou seja, é um encontro de um Estado

O ESTADO BRASILEIRO É UM MONSTRO CONTRA O POVO. SEMPRE FOI UM INSTRUMENTO A SERVIÇO DOS INTERESSES DAS ELITES

de natureza genocida com um presidente que defende o genocídio, que é explicitamente racista, fascista, defensor de valores autoritários. Esse encontro, nessa proporção, não tínhamos vivido ainda. Isso é o inédito da “parada”. O cara foi eleito com um discurso fascista, exaltando torturador, foi eleito para ressignificar valores da ditadura militar. E foi eleito defendendo tudo aquilo a que o Estado Democrático Direito se contrapõe. O encontro dessa figura política

com o Estado que tem natureza genocida, dá no que deu. Em meio a uma pandemia, você tem o Estado operando contra a sua prerrogativa fundamental num momento como esse que é defender a vida dos cidadãos. Ele opera contra a vida dos seus cidadãos. Então, o nosso desafio é muito maior.

Eu me lembro que na semana seguinte à eleição de 2018, após o primeiro turno, juntamos os cacos e chamamos um ato com o objetivo de mobilizar a base social do movimento negro aqui em São Paulo para a campanha do Fernando Haddad no segundo turno. Reunimos, eu, Érica Malunguinho, Andréia de Jesus (eleita em Minas Gerais) e Leci Brandão. Lotamos o Teatro Oficina e o tema era: “No país da escravidão, de que fascismo falamos?”. Um país que é resultado de 400 anos de escravidão, assentado no racismo enquanto sistema de dominação. O que é o fascismo no Brasil senão a prática cotidiana e sistemática do racismo? O “buraco é muito mais embaixo”. Derrotar o Bolsonaro não significa derrotar o que ele significa ideologicamente. O que nós chamamos de bolsonarismo hoje, são valores da cultura brasileira. [Valores] Contra os quais o Partido dos Trabalhadores, por exemplo, sempre lutou. E sempre teve esses valores como adversários. O que derrotou o Lula nas três eleições que ele perdeu foram esses valores que sustentam o Bolsonaro. Não há dúvida. Ele [Lula] representa ideias antagônicas a esses valores que sempre foram majoritários. E, mesmo nos anos de governo Lula, embora tenhamos tido experiências de políticas diferentes, ele teve esses valores como opositor. Isso reapareceu na “mamadeira de piroca”.

Sheila de Carvalho - Douglas contextualiza bem o que estamos falando. Falamos de um projeto de Brasil que nasceu com a finalidade de dar errado para boa parte da população e é esse projeto que o Bolsonaro e as elites que o defendem e dele necessitam para fazer vingar o seu projeto de massacre da população negra e vulnerável, projeto que tem percorrido o Brasil desde a sua essência. Ainda que o Bolsonaro não seja parte dessa elite, a elite que sempre ditou as regras no Brasil depende do bolsonarismo. A derrota que tivemos em 2018 não foi apenas eleitoral, foi a derrota de um projeto de disputa de mundo, aquele projeto de país e sociedade que foi sonhado e formulado a partir do período de redemocratização. A derrota de 2018 representa a derrota de tudo aquilo que foi construído numa sistemática de reconhecer e ampliar direitos para todas e todos os brasileiros.

E só tentando racializar a partir da perspectiva do Douglas, o Bolsonaro nunca escondeu os seus ânimos genocidas. Ele nunca fez um discurso desalinhado disso. Durante boa parte da campanha, o discurso do “bandido bom é bandido morto” apareceu de forma recorrente e é um discurso que a nossa sociedade significa. Então, a eleição do Bolsonaro foi uma democratização da barbárie, de certa forma. Foi a gente ver que a barbárie, sim, tem espaço e ecoa no Brasil. E quando ele vira presidente não deixa de ser diferente, especialmente o que nós, enquanto movimento negro, denunciemos sempre que é a questão do genocídio negro no Brasil. Bolsonaro se tornou um instrumento efetivo para que esse genocídio fosse

fortalecido durante esses anos que estamos vivendo sob o bolsonarismo. Acho que vale muito lembrar o que foi o “pacote anticrime” do Sergio Moro, discutido no Congresso, aprovado, mas conseguimos algumas vitórias importantes a partir da resistência do Movimento Negro, de deputados federais do campo progressista que era não deixar a licença para matar que o Bolsonaro queria impor. Se a gen-

A ELEIÇÃO DO BOLSONARO FOI UMA DEMOCRATIZAÇÃO DA BARBÁRIE, DE CERTA FORMA. A BARBÁRIE TEM ESPAÇO E ECOA NO BRASIL

te vive hoje um cenário de violência sistêmica e racista dentro das nossas comunidades, eles queriam agravar isso ainda mais através de instrumentos legais e liberar de vez o genocídio.

Foi muito importante essa resistência contra o “pacote anticrime” do Moro, mas eu sempre lembro uma fala que o Bolsonaro fez na época da discussão do projeto. Ele foi indagado sobre os índices de violência policial porque havia saído uma pesquisa mostrando o aumento acen-

tuado de pessoas mortas pela polícia. O Bolsonaro disse “é assim que tem que ser. Temos que amassar eles igual baratas”. Então, ele nos enxerga enquanto insetos a serem pisados, não é nem como seres humanos, quanto mais reconhecer a necessidade de se estender a cidadania para todas e todos. Ele faz um processo de cidadania seletiva a serviço de uma elite que sempre quis apartar a parte maior da sociedade.

– **Qual é a pauta da Coalizão?**

Douglas Belchior - A Coalizão é uma aliança nacional de movimentos negros. Não representa o todo do Movimento Negro, mas conforma hoje a principal articulação, reúne as mais tradicionais organizações de movimento negro do país, tais como o Movimento Negro Unificado, as Associações Pastorais de Negros, a Conaqui que é a maior confederação de quilombolas do Brasil, organizações de mulheres negras importantes, como é o caso de Geledés, de Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, Criola (Rio de Janeiro), Fórum de Mulheres Negras de Pernambuco, do DF, de SP. A Coalizão se relaciona com articulações internacionais também no campo do movimento na América Latina, na África, especialmente, e nos EUA, com o Black Lives Matter.

Surgiu com a demanda de fazer advocacy, de fazer incidência política no Congresso, acompanhar a agenda que toca sobretudo nos direitos da população negra brasileira. Também no Judiciário e nos fóruns internacionais, como OEA e ONU, onde a Coalizão tem atuação sistemática e permanente há mais de dois anos.

Sheila de Carvalho – A gente tem uma agenda muito ampla. A sociedade brasileira tende a condicionar a luta antirracista, a luta do movimento negro, como algo relacionado só a uma agenda de equidade ou de representatividade. Só que estamos falando de uma agenda sistêmica. Temos propostas da Coalizão Negra por Direitos no âmbito da economia, educação, saúde pública... Nossa agenda transita por várias áreas. Nosso lema de 2021, por exemplo, é “nem de Covid, nem de fome, nem de bala”. Nossas agendas são os impactos da Covid em relação à população negra que foi algo que a Coalizão apontou desde o começo da pandemia e que se comprova até hoje no racismo existente no processo de vacinação. Quando começam a ser aplicadas as vacinas no Brasil a população negra foi preterida, chegamos a um índice de que para cada duas pessoas brancas, uma negra era vacinada no Brasil. Escancara o racismo no sistema de saúde pública.

A fome, que infelizmente virou novamente agenda central, fez com que a Coalizão Negra por Direitos tivesse que se mobilizar buscando políticas públicas para o enfrentamento, considerando os impactos econômicos. Então, teve nossa luta pelo auxílio emergencial e depois pela sua manutenção. Fizemos uma ação em todos os estados por projetos de renda básica universal, nos termos estabelecidos pelo ex-senador Eduardo Suplicy. E, por fim, a agenda da violência. Mesmo durante a pandemia, os índices de violência policial contra pessoas negras continuam crescendo de forma assustadora.

E tem o nosso papel na re-

sistência pela democracia. Lançamos um manifesto em 2020 que continua reverberando até agora: “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”. Para gente lutar por esse Estado Democrático de Direito, também precisaremos enfrentar o racismo.

– **Como vocês enxergam essa relação entre mídia e racismo no Brasil?**

ALI KAMEL, DIRETOR DA GLOBO, ESCREVEU UM LIVRO, HÁ 15 ANOS, CONTRA A POLÍTICA DE COTAS: “NÃO SOMOS RACISTAS”. A MÍDIA OPEROU CONTRA O AVANÇO

Douglas Belchior – Temos uma sociedade negacionista da história, do que foi a escravidão no Brasil, do impacto e da gravidade do crime de lesa humanidade que significa o racismo. E é a sociedade. Eu estou incluindo aqui o campo da esquerda, partidos, sindicatos... Todo mundo é. E a imprensa e os meios de comunicação de massa foram e continuam sendo fundamentais para a popularização de conceitos, para a massificação do ideário racista como um sistema de

dominação. O racismo é sistema de dominação. Está na moda falar que o Brasil é estruturalmente racista, muita gente fala isso e existe uma armadilha nesse conceito porque eu posso ficar colocando a culpa do meu racismo na estrutura: “Ah, realmente, falei uma merda. Mas é porque o racismo estrutural, né, gente? Eu fui educado assim, é foda ser contra a minha própria natureza”. Nosso país foi construído a partir do racismo, a partir da lógica da dinâmica social cravada na diferença racial.

Se você olha para o topo da pirâmide social brasileira, é igualzinho ao que era em 1888. Não mudou. Quem é dono de patrimônio no Brasil, de herança, de riqueza, quem tem poder político, os donos dos meios de produção, dos meios de comunicação são os brancos. Isso é explícito, esfregam na nossa cara todos os dias, mas a gente nega. Só é possível entrar num lugar, como é Jacarezinho, e matar 30 porque aquele lugar é repleto de gente preta. É impossível imaginar uma ação como aquela num bairro de classe média, num bairro misturado que tenha algumas pessoas brancas. Não existe. O que é a figura do Datena acompanhando abordagem policial o dia inteiro, repetindo frases preconceituosas, conceitos racistas, formando a opinião de milhares de pessoas todos os dias?

A Rede Globo mudou agora o seu editorial em relação a isso, e você perguntou do avanço e vou falar sobre isso. Se você imaginar que há 15 anos, quando o Brasil discutia cota racial, a Rede Globo e a *Folha de S.Paulo* eram contra cotas e se posicionaram como parte da sociedade contra as cotas para negros em universidades. O Ali Kamel, que ainda hoje é o chefe do jornalismo da

Globo, se deu ao trabalho de escrever um livro para que pudesse incidir no debate de cotas e o livro se chamava "Não somos racistas". Era o posicionamento da poderosa Rede Globo de Televisão. Grande parte da intelectualidade se colocou contra a política de cotas. Então estamos falando de setores que trabalharam politicamente para evitar o avanço de políticas a favor das pessoas negras no Brasil. O nome disso é racismo.

Hoje, quando uma liderança política da esquerda sobe num caminhão de som e diz que as manifestações contra Bolsonaro começaram no dia 29 de maio de 2021, ele está sendo racista. Porque ele está ignorando, invisibilizando, apagando e desconsiderando a experiência de luta do movimento negro que não abandonou a rua nenhum dia durante a pandemia para denunciar o Bolsonaro, para denunciar a violência da polícia, para lutar pelo auxílio emergencial. Em 13 de maio, a gente abriu as portas para as manifestações contra o Bolsonaro, porque a esquerda estava debatendo se devia ir para a rua ou não. A CUT era contra. A UNE era a favor. O PT era contra. O PSOL era a favor. A Frente Brasil Popular era contra. A Frente Povo Sem Medo era a favor. Tinha um impasse e o que desfez esse impasse foi a Coalizão Negra ocupar as ruas no 13 de maio contra o Bolsonaro e aí o 29 de maio foi possível. Só que quando você pega os artigos escritos por nós, da esquerda, nenhum reconhece isso. Falam que as mobilizações começaram no dia 29. É racismo, entendeu?

A Coalizão vem para colocar o movimento negro como ator político no processo nacional, como uma articulação de movimentos que tem programa po-

lítico, tem projeto político, tem proposta política de país e que não vai aceitar ser invisibilizada. Os partidos, os sindicatos, a classe artística, os intelectuais têm que vir beber dessa fonte porque são os grupos que fazem isso a partir dos pretos que são maioria do povo brasileiro, os que mais sofrem, os que ocupam as favelas e as periferias e a gente tem elaboração política formulada historicamente. Por

BOLSONARO PRECISOU MATAR COM SUA POLÍTICA DE GOVERNO PARA QUE A ESQUERDA CHAMASSE DE GENOCÍDIO O QUE O ESTADO FAZ HÁ ANOS

que essa formulação não tem peso? Por que essa formulação não tem importância? Porque é invisibilizada? Por que as experiências de luta política do povo negro no Brasil, historicamente, não têm importância? A Coalizão vem para dizer isso, não vamos aceitar mais.

Eu sou formado na esquerda, mas eu nunca tive nos espaços de formação da esquerda momentos de estudo da elaboração do movimento negro. Não tem. Assim como não tem na

escola, não tem na universidade. Agora, nos últimos poucos anos tem alguma coisa acontecendo, mas eu fui formado por uma esquerda que ignorava essa história. Então, a gente vem para ocupar esse lugar. Agora, o movimento "Fora, Bolsonaro" chama o Bolsonaro de genocida. Caramba. Precisou que o Bolsonaro matasse todo mundo com a sua política de governo, inclusive os brancos, para que a esquerda chamasse de genocídio o que o Estado faz? O movimento indígena reivindica genocídio historicamente, o movimento negro grita isso há mais de 50 anos. O nosso pedido de impeachment, de julho de 2020, tem como fundamento a denúncia de genocídio do governo Bolsonaro. E a esquerda passou a chamar de genocídio só agora, esse ano. Então, não admite o atraso na percepção da realidade brasileira. A Coalizão vem para dizer que o movimento negro não precisa mais de intermediários.

Sheila de Carvalho - Vou falar a partir do comparativo com os EUA. Primeiro, não há como comparar. Estamos falando de processos diferentes, em outras circunstâncias. Seria ingênuo colocar como se fosse tudo a mesma coisa mesmo que nossa agenda seja comum. Tanto o movimento negro aqui quanto nos EUA está resistindo contra um processo global de genocídio do povo negro. Quando a gente compara as populações negras no Brasil e nos EUA, no Brasil estamos falando de uma população de 56% do país. Ou seja, a grande maioria. Nos EUA é 13%. É uma minoria que passou por um processo de segregacionismo explícito e que foi apartada e excluída dos espaços institucionais, dos espaços de deliberação, escolas e hospi-

tais. Algo que a gente vivenciou também aqui no Brasil, mas por não existir a formalidade da segregação há o negacionismo de que a segregação existiu. Então, quando a gente vê do período escravagista até o período da redemocratização, são 100 anos de segregação da cidadania à população negra, mas ninguém falava sobre isso abertamente senão o movimento negro. Então, o movimento negro era invisibilizado, era silenciado, inclusive, das agendas da esquerda.

Eu acho que hoje não há nada mais perverso que a esquerda faz do que condicionar a luta negra enquanto uma pauta identitária num país como o Brasil. A gente não pode tratar a luta negra enquanto uma agenda paralela. Estamos falando de uma agenda de estrutura de Estado, estamos falando da maior parte da população. Não é uma agenda de identidade, é uma agenda que vai ditar qual é a sociedade que a gente vai criar a partir de agora. É a população para a qual se está criando políticas públicas, é a população para a qual se está desenvolvendo esse Estado. É muito ruim quando a esquerda tenta condicionar isso a uma caixinha, deixar isso apartado ou fingir que certas coisas não estão acontecendo. Acho que o Douglas colocou muito bem a questão midiática, mas quando o movimento negro teve espaço na mídia no Brasil, isso é uma construção recente. É algo de dois ou três anos. Quando a gente olha para os EUA, eles já tiveram um presidente preto. Aqui a gente sofre desesperadamente para eleger um parlamentar num país que tem uma presença de pessoas negras muito maior, muito mais massiva. Se esquecem do impacto que as pessoas negras têm no processo eleitoral.

Há uma militante negra que foi determinante para o resultado das eleições e muitas vezes o próprio [Joe] Biden e a Kamala Barris colocam que se não fosse a mobilização dela o [Donald] Trump teria ganhado as eleições. A Stacey Abrams é uma militante negra do estado da Geórgia que foi o estado determinante na eleição. Ela cadastrou 800 mil pessoas negras para votar. Foi fundamental para a vitória do Partido Democrata. É

VAMOS ENFRENTAR UM BOLSONARO FORTE E COM BASE MOBILIZADA, COM PARTICIPAÇÃO DE SETORES TRUCULENTOS, COMO AS POLÍCIAS E AS MILÍCIAS

isso o que estamos fazendo aqui. Existem esses militantes aqui no Brasil também. Existem essas pessoas capazes de mobilizar as grandes massas para a gente derrotar o bolsonarismo, mas a esquerda precisa se abrir um pouco mais para isso também.

– **Como vocês estão vendo o cenário político para as eleições de 2022?**

Douglas Belchior – O desafio de derrotar o Bolsonaro é imen-

so. Não acredito que vá ser uma parada fácil, não acredito que o desgaste que o Bolsonaro tem vivido vai fazer dele um candidato frágil. Temos que trabalhar com a hipótese de enfrentar uma candidatura muito forte do Bolsonaro. Hoje, no pior momento dele, ele continua tendo apoio de 20% a 30% dos eleitores. Como eu não acredito que ele continuará desgastado nesse nível até o ano que vem, estamos a um ano do início da eleição, a tendência é que ele recupere um pouco as forças. Então, vamos enfrentar um Bolsonaro forte e com base social mobilizada, com participação de setores da sociedade truculentos, violentos. Estou falando da polícia, que tem uma articulação para a manutenção da sua organização através de candidaturas militares. E milícias e forças paramilitares. E setores religiosos conservadores que, eventualmente, a gente pode ter alguma mobilização, mas não vamos conseguir arrastar 100% dos que defendem a agenda do Bolsonaro. Então, precisamos construir força política e social para derrotá-lo. Devemos investir na força política que hoje se apresenta como viável no enfrentamento ao bolsonarismo, representada pelo Lula. Não acredito que a gente possa investir numa terceira via e correr o risco de flertar com valores outros para derrotar Jair Bolsonaro.

Sheila de Carvalho – A gente precisa ter esperança de que outro projeto é possível. Vou na linha do Douglas. A disputa não está ganha. Muito pelo contrário. O projeto das elites que se relaciona a outra economia, ao exercício da cidadania seletiva, não encontra espaço dentro do que a gente se propõe a construir como país. Difícilmente essa elite vai encontrar



Ricardo Stuckert

espaço num lugar que não seja o bolsonarismo. Provavelmente, vão fortalecer o bolsonarismo no próximo ano. E, apesar do cenário atual, não será o mesmo daqui a um ano. É possível que o Bolsonaro avance. Estamos vendo as alianças que está fazendo com o Centrão. Isso vai impactar as dinâmicas eleitorais. Temos que nos colocar unidos em uma frente democrática progressista. Não estamos falando apenas de uma disputa eleitoral, estamos falando de uma disputa de sociedade. A gente vai validar em 2022 se aquele pacto republicano firmado na Constituição de 1988 ainda vai valer. A luta em 2022 é para a gente reafirmar o pacto civilizatório de 1988. Não vai ser um jogo fácil. Não tem como irmos com essa soberba, apesar da gente ter dentro do campo progressista o melhor candidato para fazer essa disputa: Lula.

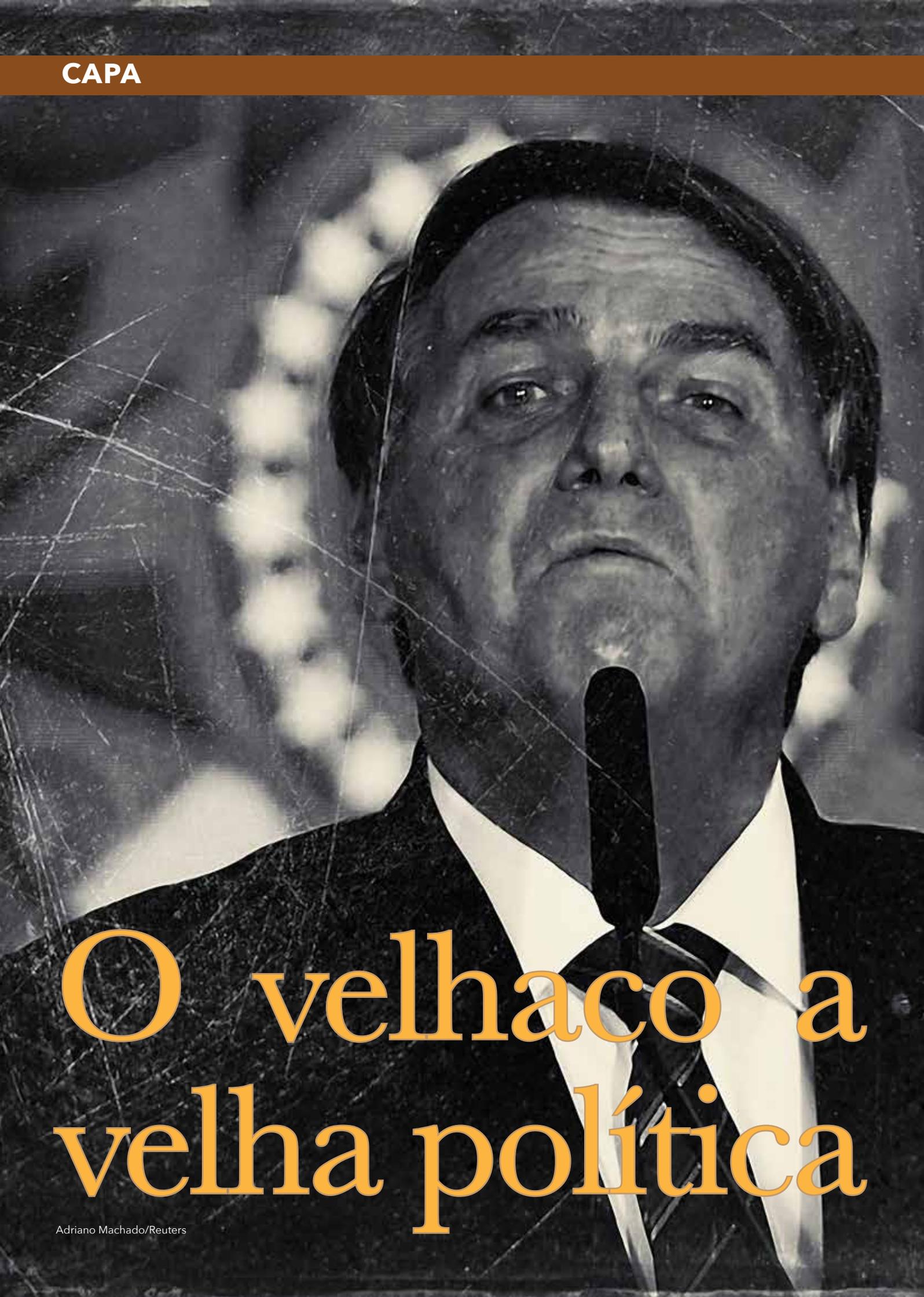
Douglas Belchior – Nós vamos defender enquanto Coalizão Negra a nossa plataforma política que está publicada na internet e vamos cobrar isso de todas as candidaturas do campo progressista. Óbvio que cada um de nós vai escolher seus candidatos, mas enquanto movimento essa é a nossa agenda. E vamos exigir que ela seja considerada pelos partidos, pela candidatura que vai enfrentar o Bolsonaro.

– **Douglas, você teve um encontro com o ex-presidente Lula recentemente. Gostaria de saber a sua perspectiva sobre a volta dele ao cenário político.**

Douglas Belchior – O Brasil deve ao Lula a possibilidade de disputar a próxima eleição, sobretudo a direita reacionária, setores conservadores e médios que jogaram água nessa cubuca da direita, que avalizaram o procedimento que o levou à prisão,

que apoiam a Lava Jato e hoje se colocam como críticos de Bolsonaro. Precisamos lembrar que é bom que essa turma venha para a rua e mobilize contra o Bolsonaro porque são responsáveis também pela eleição do Bolsonaro. E só foi possível porque tiraram Lula do processo e, antes, depuseram Dilma, presidenta democraticamente eleita, por um processo viciado, mentiroso, sem crime de responsabilidade. Os setores médios da população devem isso ao país. Espero que não aconteça nenhuma má surpresa daqui até lá, Lula possa disputar e a gente possa elegê-lo presidente. Lula é o meu candidato à Presidência pelo histórico que tem, mas, principalmente, por ser hoje a principal figura do nosso campo capaz de enfrentar e derrotar Bolsonaro. A gente precisa colocar o Brasil de volta no caminho de avanços civilizatórios. •

CAPA



O velhaco a velha política

Adriano Machado/Reuters

Bolsonaro abraça o Centrão, rasga a fantasia de moderado e volta a atacar as instituições e o voto impresso, ameaçando o país e elevando novamente a tensão política. Enquanto entrega o coração do governo ao PP, mantém a corda esticada

A semana começou quente na política, sob a pressão das ruas pela quarta onda de manifestações massivas reunindo mais de 600 mil pessoas nas cidades brasileiras e no exterior em protestos contra o presidente Jair Bolsonaro. Se não bastassem as ameaças do ministro da Defesa, General Braga Netto, à realização das eleições de 2022 – caso não seja adotado o voto impresso –, na quinta-feira, 29, foi a vez do próprio presidente voltar ao seu velho papel de agitador mentiroso.

Em sua live semanal, transmitida pelas redes sociais e pela TV Brasil, Bolsonaro recorreu novamente às mentiras e atacou o sistema das urnas eletrônicas do Tribunal Superior Eleitoral, levantando mais uma vez a suspeita de fraude nas eleições. Pior. Lançou a sombra de seu dedo podre ao presidente do TSE, ministro Luiz Roberto Barroso. “Por que o presidente do TSE quer manter suspeição das eleições? Quem ele é? Por que ele fica interferindo por aí, com que poder?”, questionou Bolsonaro.

Ele repetiu que a contagem das eleições é secreta e de que há necessidade de uma apuração pública. “Será que esse modo de se fazer eleições é seguro, é blindado? Os que me acusam de não apresentar provas, eu devolvo a acusação. Me apresente [sic] provas [de que] não é fraudável”, desafiou.

O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, acusou Bolsonaro de incorrer em crime de improbidade

administrativa ao utilizar a estrutura pública para questionar a lisura do processo eleitoral brasileiro, sem apresentar provas. “Que outro presidente da República fez utilização tão descarada do sistema de comunicação público no Brasil?”

“QUE OUTRO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEZ UTILIZAÇÃO TÃO DESCARADA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICO NO BRASIL?”

A OAB vai denunciar o presidente.

Ministros do Supremo Tribunal Federal e do TSE classificaram, nos bastidores, como “patética” a manifestação do presidente. Para integrantes das cortes, Bolsonaro se mostra desesperado diante da perda de popularidade e das denúncias de suspeitas de irregularidades e corrupção na compra de vacinas no Ministério da Saúde. Chamou a atenção dos ministros a participação do ministro da

Justiça, Anderson Torres, na transmissão do presidente. Apesar da inquietação e mal estar vazados pelos integrantes do STF à imprensa, não houve qualquer manifestação oficial do ministro Luiz Fux, presidente da Corte.

Coube ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, uma medida prática: ele determinou que a Polícia Federal retome as investigações do inquérito que apura se Bolsonaro tentou interferir na instituição. O caso estava suspenso e, segundo Moraes, a PF não precisa mais aguardar a definição sobre o formato do depoimento de Bolsonaro (se por escrito ou presencial). O julgamento do STF sobre o tema está marcado para setembro. Moraes cobrou diligências pendentes para a PF cumprir que podem ser executadas independentemente do depoimento.

E foi o decano Gilmar Mendes quem rechaçou as ameaças. Ele disse que o discurso de não aceitar o resultado dos pleitos “esconde algum tipo de uma intenção subjacente, de uma intenção que não é boa”. Ele ainda chamou a atenção para os “efeitos deletérios” das fake news no processo eleitoral. “Vamos parar um pouco de conversa fiada. Claro que todos nós somos favoráveis à audibilidade da urna, e ela é auditável”, diz.

Ainda na quinta, Bolsonaro havia afirmado que o STF cometeu crime ao permitir que prefeitos e governadores tivessem autonomia para aplicar medidas restritivas contra a pandemia da Covid-19. “O Supremo, na verdade, cometeu



A CASA CIVIL SOB NOVA DIREÇÃO: CIRO NOGUEIRA

No coração do Palácio do Planalto emerge agora um prócer do Centrão: o senador Ciro Nogueira (PP-PI). Nunca, em tempo algum, esse grupo de profissionais da velha política, obteve tanto poder. A Casa Civil não é apenas a porta de entrada da cozinha da Presidência da República. É também o coração do governo, responsável pela máquina administrativa, nomeações em todos os escalões e o regente do governo.

Na terça-feira, 27, a entrada de Ciro na Casa Civil foi confirmada pelo Palácio do Planalto. Sai o General Luiz Eduardo Ramos, deslocado para a Secretaria Geral da Presidência, coroando um movimento político de Bolsonaro em meio à perda de popularidade, ao cerco da CPI da Covid no Senado e à necessidade de sobrevivência para as eleições presidenciais de 2022.

De cara, Ciro Nogueira foi incumbido de aprovar no Senado o nome de André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal, tourear a CPI da Covid, tirar o governo da rota de colisão com as instituições democráticas e reconquistar aliados. Parece difícil, tendo em vista os novos arroubos autoritários de Bolsonaro, que não só apenas mantém a corda esticada com as instituições, como continua a fustigar ministros do STF e do TSE.

A estratégia de ceder espaço ao Centrão, na prática, é a 27ª mudança ministerial de Bolsonaro. Os generais perderam espaço e Ciro é o quarto ministro da Casa Civil do desgoverno. Antes dele ocuparam o cargo Onyx Lo-

“O PALÁCIO DO ALVORADA VIROU PALANQUE ELEITORAL. SÓ FRAUDARAM O 1º TURNO DE 2018? CADÊ AS PROVAS DE FRAUDE NAS URNAS? NÃO TEM. TEM DE SER INTERPELADO JUDICIALMENTE

GLEISI HOFFMANN, PRESIDENTA NACIONAL DO PT

um crime ao dizer que prefeitos e governadores de forma indiscriminada poderiam, simplesmente suprimir toda e qualquer direito previsto no inciso [do artigo] 5º da Constituição, inclusive o ‘ir e vir’”, disse o presidente mentiroso.

As reações mais duras partiram de líderes da oposição. “O Palácio do Alvorada virou palanque eleitoral. Só fraudaram o 1º turno de 2018? Cadê as provas de fraude nas urnas? Ele mesmo disse, não tem provas. Tem de ser interpelado judicialmente”, diz a presidenta do PT, deputada Gleisi Hoffmann.

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que Bolsonaro voltou a cometer crime de responsabilidade ao fazer acusações infundadas sobre o sistema eleitoral brasileiro. “Infelizmente, de certa forma, ele comete tantos crimes, com tanta frequência, instigando a população contra os poderes constituídos, atingindo a honra, não só de ministros da Suprema Corte, mas também a própria estabilidade institucional entre os poderes que

as pessoas começam a achar isso, de alguma forma comum, e começam a banalizar a postura do presidente da República”.

A turma dos panos quentes voltou a agitar a cena brasileira. Dirigentes do Centrão fizeram um “apelo” e pediram “moderação” a Bolsonaro após a live com mentiras sobre urnas. Segundo o novo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), ele se comprometeu a “melhorar o discurso”. A aposta é que Ciro conseguirá convencer Bolsonaro a virar a chave e falar para a população de que é seguro votar e deixar de lado a tese das fraudes nas urnas. Não é a primeira vez que dirigentes do Centrão apelam a Bolsonaro para que ele recue em declarações radicais. O presidente costuma variar em suas falas. Ora soa mais moderado, ora volta atacar Congresso, STF e minimizar a pandemia. É o seu comportamento padrão: morte e assopra. A ex-presidenta Dilma Rousseff avalia que a esperança do mundo político é inútil. Bolsonaro não tem o chip da moderação. •

renzoni – agora no Ministério do Trabalho –, o General Braga Netto – atual ministro da Defesa – e o General Luiz Eduardo Ramos.

Diante das críticas de que contrariou promessas de campanha ao se casar de papel passado com o Centrão, Bolsonaro disse que precisa melhorar a interlocução com o Congresso. “Fomos nos moldando”, argumentou. Uma mudança e tanto de posição. Quando Bolsonaro estava em campanha, bateu diversas vezes nas figuras do grupo político. Na semana passada, se rendeu à realidade. “O centrão é um nome pejorativo. Eu sou do Centrão. Eu fui do PP metade do meu tempo. Fui do PTB, fui do então PFL. No passado, integrei siglas que foram extintas, como PRB, PPB. O PP, lá atrás, foi extinto. Depois, nasceu novamente da fusão do PDS com o PPB, se não me engano”, afirmou. “Eu nasci de lá”, completou. Não tem nada a ver”, confessou.

O casamento de conveniência seria uma volta às origens. Mas o Centrão já foi defenestrado pelo General Augusto Heleno. “Se gritar pega centrão, não fica um, meu irmão”, cantou Heleno, em cena filmada e postada nas redes sociais, durante a convenção nacional do PSL, que oficializou a candidatura de Bolsonaro à Presidência da República.

O militar não via com bons olhos o agrupamento político. “Querem reunir todos aqueles que precisam escapar das barras da lei num só núcleo. Daí criou-se o Centrão. O Centrão é a materialização da impunidade”, afirmou Heleno, naquela ocasião. Resta ver se o general mudou de opinião. O novo colega de governo no Planalto é réu da Lava Jato e responde a cinco processos na Justiça. Entre eles estão inquiridos que investigam propina recebida da Odebrecht e da JBS. •



Reprodução

INCÊNDIO NA CINEMATECA, UM CRIME ANUNCIADO

O descaso do governo Bolsonaro com a cultura nacional ultrapassou os limites da negligência e da guerra estimulada pelo Palácio do Planalto contra artistas e intelectuais, resultando agora na eliminação física de parte da história do cinema nacional. Na quinta-feira, 29, enquanto o presidente Jair Bolsonaro se preparava no Alvorada no final da tarde para dar início a mais uma live no Facebook com ataques e mentiras às urnas eletrônicas, um galpão localizado na Vila Leopoldina, em São Paulo, começava a ser engolido por um incêndio.

No acervo da Cinemateca Brasileira, eliminados pelo fogo e o descaso do governo, cuja política pública para a cultura é corte de investimentos e ataques simultâneos à produção artística, o acervo documental de Glauber Rocha, da Embrafilme e de alunos de cinema da USP. Funcionários da Cinemateca, que vêm denunciando o descaso e o corte de recursos para o órgão desde o governo Temer, incluem entre as

perdas incluem parte do Arquivo do Instituto Nacional do Cinema (1966-1975) e do Conselho Nacional de Cinema (1976-1990).

Na semana anterior, o Ministério Público Federal, em audiência com representantes da União, alertou o governo do risco, por abandono da instituição. A Secretária Especial da Cultura, sob o comando do ator bolsonarista Mário Frias, ganhou mais 60 dias para iniciar procedimentos para a preservação do patrimônio. Não deu tempo. O fogo consumiu já uma parte da história do cinema nacional.

Na sexta-feira, 30, funcionários da Cinemateca divulgaram manifesto sobre o incêndio que consumiu o galpão da instituição. Eles descrevem o incêndio como “crime anunciado” e apontam que o abandono do poder público e a demissão de todo o corpo técnico de funcionários há mais de um ano pode ter causado “consequências irreversíveis” para o estado de conservação dos materiais. •



Ricardo Stuckert

O POVO QUER LULA

População de menor renda reprova o governo Bolsonaro e coloca o ex-presidente como o favorito para as eleições de 2022. Ele lidera na base da pirâmide social brasileira

Matheus Tancredo Toledo

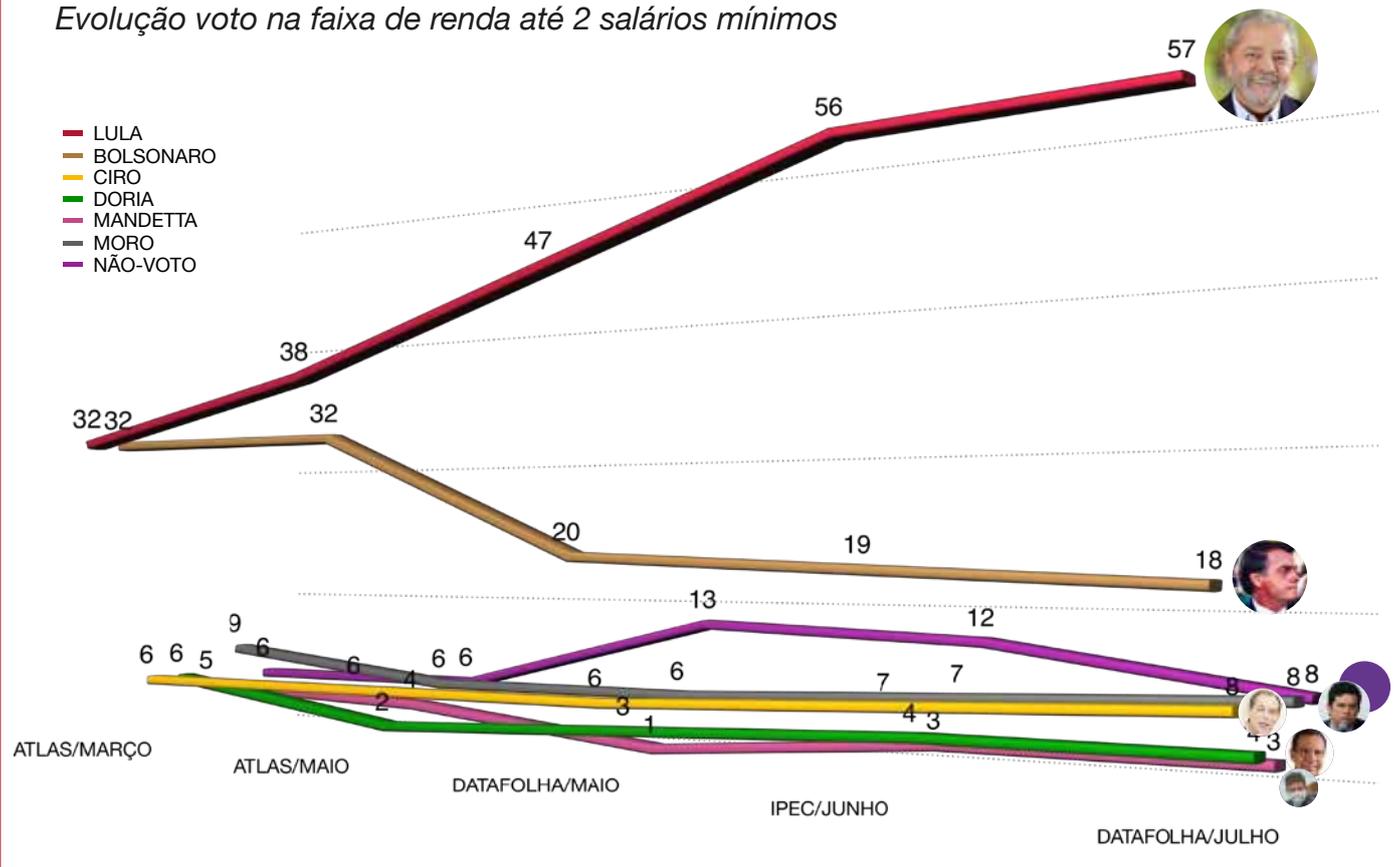
As últimas pesquisas divulgadas pelos institutos de pesquisa de opinião pública evidenciam o impacto na renda no que diz respeito tanto à avaliação do governo quanto às intenções de voto para as eleições presidenciais de 2022. Tratamos deste cenário no [boletim de número 11](#)

do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, divulgado em 21 de julho. Neste artigo, aprofundamos essa análise.

Desde dezembro de 2020, o segmento com renda de até 2 salários mínimos, que compõe a base da pirâmide social brasileira, vem aumentando paulatinamente a reprovação ao governo – a soma dos que avaliam o governo de Jair Bolsonaro como ruim ou péssimo. Se, por um

Primeiro turno das eleições presidenciais

Evolução voto na faixa de renda até 2 salários mínimos



lado, durante o segundo semestre do ano passado, houve considerável redução da reprovação neste segmento, possivelmente, devido ao auxílio emergencial, na virada do ano, os índices voltaram aos patamares pré-pandêmicos.

É possível afirmar que boa parte da reprovação ao governo de Jair Bolsonaro se explica pela opinião deste segmento. Segundo a última pesquisa Datafolha, é justamente nessa faixa de renda que o governo federal tem a menor aprovação: 21%. Nos outros segmentos, a aprovação é significativamente maior, 34% entre os que recebem entre 5 e 10 salários mínimos – R\$ 5.500 a R\$ 11.000 e 32% entre os com renda familiar mensal maior que 10 salários mínimos – R\$ 11.000.

Neste caso, é possível também afirmar que, além de reprovarem o governo, os brasileiros de menor renda tem uma fortíssima tendência de votar em Lula nas eleições presidenciais de 2022.

O ex-presidente lidera com muita folga já no primeiro turno, com um desempenho muito mais fraco de Bolsonaro. Há, praticamente, uma sobreposição entre o número de brasileiros desta faixa de renda que declaram voto em Lula e que reprovam Bolsonaro. Os números são de 57% e 54%, respectivamente, segundo o Datafolha. Desde que Lula tornou-se elegível, há evidente aumento paulatino da intenção de voto neste segmento.

É uma situação bastante diferente do que ocorre em outros segmentos que também reprovam Bolsonaro. No caso da faixa de renda de 2 a 5 salários mínimos – R\$ 2.200 a R\$ 5.500 –, Lula e Bolsonaro estão empatados na margem de erro em primeiro turno: 36% para o ex-presidente e 33% para o atual – e a reprovação ao governo é de 47%, segundo o Datafolha. Vale ressaltar, no entanto, que na simulação de segundo turno, Lula venceria por 48% a 40% contra Bolsonaro.

Outra situação peculiar ocorre no segmento com renda maior que 10 salários mínimos – R\$ 11.000. É nele que há o maior índice de reprovação do governo: 58%. Isso não impede, no entanto, que Bolsonaro lidere a simulação de primeiro turno e que empate com Lula no segundo turno (ambos com 40%). Isso se explica tanto por um número relevante de pessoas desta faixa de renda que ainda optam por Bolsonaro, mas também por uma divisão da intenção de voto entre Lula, Ciro, Doria e outros – sendo que é justamente neste segmento que os nomes de centro e centro-direita apresentam melhor desempenho.

Nos próximos artigos, analisaremos dados de outros segmentos que também ajudam a explicar tanto a reprovação e aprovação ao governo Bolsonaro: segmentação por região, por sexo, idade e raça/cor. •

Cientista político, é analista do Noppe da Fundação Perseu Abramo.



LAVA JATO TAMBÉM QUERIA PEGASUS CONTRA LULA

Mensagens apreendidas na Operação Spoofing mostram como procuradores da força-tarefa sonhavam com o uso do spyware da empresa israelense NSO para espionar ilegalmente o ex-presidente

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou na segunda-feira, 26, como a força-tarefa da República de Curitiba negociou a aquisição de programas de espionagem, incluindo o israelense Pegasus, contra o líder petista até 2018, num esforço de manter o lawfare – o uso da máquina judiciária contra um adversário político.

O software foi denunciado, em julho, pelo consórcio liderado pelos jornais *The Guardian* e *Le Monde* para invadir celulares de influentes líderes políticos globais – incluindo o presidente da França, Emmanuel Macron –, além de jornalistas e ativistas de direitos humanos ao redor do mundo. O spyware foi desenvolvido pela empresa israelense NSO e está sendo alvo de investigações na Europa.

Os advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira Martins encaminharam ao Supremo Tribunal Federal (STF) cópias de mensagens de celular trocadas entre procuradores da Lava Jato, apreendidas pela Polícia Federal, na chamada Operação Spoofing. Documentos obtidos pelo jornalista Jamil Chade, do UOL, revelam outros detalhes das negociações entre os procuradores e representantes da empresa NSO, que vendia o sistema.

Segundo a defesa de Lula, no fim de 2017, os procuradores da Lava Jato em Curitiba planejavam criar um bunker munido de computadores e programas espões para continuar suas perseguições ilegais a inimigos políticos, especialmente Lula e o PT. Eles estavam dispostos a comprar os equipamentos de forma escamoteada, apropriando-se de valores obtidos por meio de delações premiadas.

Em janeiro de 2018, os integrantes da Lava Jato marcaram reunião com a empresa NSO, fabricante do Pegasus, mesmo sabendo que o programa permitia violações graves à legislação brasileira, como usar o celular das pessoas para filmá-las e gravá-las em tempo real. O polêmico spyware virou notícia no mundo por ter sido utilizado por governos para espionar jornalistas, ativistas e inimigos políticos dos chefes de estado. Segundo um consórcio de 17 jornais de dez países, ao menos 180 jornalistas chegaram a ser monitorados por meio do sistema Pegasus.

“Quanto mais conhecemos as entranhas da Lava Jato, mais claro fica o projeto autoritário de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol”, criticou a presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann. “Queriam destruir Lula e substituir a democracia por um

- **12:26:27** Roberson MPF Pessoal, uma nova ideia: porque não criarmos um BUNKER de investigação no gabinete do Deltan no 14o Andar. Esse BUNKER seria um espaço estruturado com 8 computadores, sendo 4 computadores para servidores que ficarão dedicados exclusivamente às demandas do BUNKER e 4 computadores a serem ocupados, alternadamente (de dois em dois dias) por duplas de procuradores e seus respectivos assessores. Os trabalhos de investigação no BUNKER seriam otimizados com: Esforços concentrados em demandas específicas; Aproximação dos procuradores com os analistas de pesquisa (que poderiam responder as pesquisas imediatamente no BUNKER); Comunicação facilitada sobre os casos em análise (todos em um mesmo ambiente, com uma mesma missão); Concentração em ambiente alheio a distrações externas (isolamento por 2 dias); Motivação de todos com as descobertas conjuntas; O fato de serem apenas dois dias de esforço concentrado permitirá a cada grupo programar sua agenda de forma a centralizar compromissos externos nos dias em que não ocupar o BUNKER. Além dos demais compromissos, cada grupo da FT poderá utilizar os dias em que não estiver no ambiente para preparar a melhor forma de utilizar o BUNKER mediante o endereçamento de demandas (ofícios, representações, oitivas, reuniões, etc.), otimizando o aproveitamento da próxima ocupação do 14o andar. A utilização do BUNKER em revezamento permitirá que as investigações de cada grupo tenham tempo para amadurecer. O BUNKER não modificará a estrutura que já existe (a ASSPA continuará funcionando, etc.), sendo um plus para esforços investigativos concentrados. No futuro poderíamos estruturar esse BUNKER com equipamentos melhores compra de storages, celebrité, etc.) e eventualmente mais servidores (RFB, PRF, etc.). Os servidores que ficarão dedicados exclusivamente ao BUNKER, ao trabalharem com diferentes grupos e diferentes casos, ganharão gradativamente know how das diferentes técnicas de investigação e também conhecimento dos diferentes casos e de suas eventuais zonas de interseção. Um abraço do ROJ!!

18:19:23 Julio Noronha Pessoal, a FT-RJ se reuniu hj com uma outra empresa de Israel, com solução tecnológica super avançada para investigações

18:19:33 Julio Noronha A solução "invade" celulares em tempo real (permite ver a localização, etc.). Eles disseram q ficaram impressionados com a solução, coisa de outro mundo.

18:19:42 Julio Noronha Há problemas, como o custo, e óbices jurídicos a todas as funcionalidades (ex.: abrir o microfone para ouvir em tempo real).

18:19:53 Julio Noronha De toda forma, o representante da empresa estará aqui em CWB, e marcamos 17h para vir aqui. Quem puder participar da reunião, será ótimo!

ESTADO PARALELO As conversas entre procuradores mostra o desejo da Lava Jato de violar a lei para promover a espionagem de alvos da força-tarefa

estado policial. A cara do Bolsonaro. Mais um crime revelado pelos advogados de Lula”.

A proposta de criação do bunker aparece nas conversas dos procuradores no fim de novembro de 2017. Mais adiante, na mesma conversa, os procuradores de Curitiba começam a discutir como usariam recursos de delações premiadas para montar o próprio centro de espionagem. Eles estudam repetir uma estratégia utilizada por procuradores do Rio de Janeiro. A falta de escrúpulos é tamanha que um dos procuradores diz: “Pode ter dado certo (a estratégia usada no Rio), mas certo não está hehe”.

Dois meses depois, os procuradores se mostram entusiasmados com a possibilidade de adquirir o Pegasus e marcam uma

reunião com representantes da empresa israelense. Segundo Jamil Chade, o procurador Júlio Noronha, que integrou a força-tarefa de Curitiba por cinco anos, manteve contato com representantes no Brasil da empresa NSO Group, dona do software Pegasus, para tentar adquirir a ferramenta.

Em uma das conversas, trocadas no fim de março de 2018, a NSO informa ao procurador Júlio Noronha, em um email intitulado “PEGASUS”, que a empresa havia até incluído algumas “funcionalidades” no sistema após observações feitas por integrantes do Ministério Público em conversas anteriores. Ou seja, a Lava jato não estava apenas negociando o Pegasus, mas adquirindo uma versão personalizada do software espião. • **Agência PT**

A PANDEMIA ESTÁ ACABANDO?

Ex-presidente da Anvisa diz que a situação da Covid-19 no Brasil ainda é crítica e está longe da normalidade, apesar dos esforços do governo de tentar desviar a atenção da população. Cláudio Maeirovitch alerta que ainda não dá para relaxar e o país segue com média diária de mil mortes

Por Isaías Dalle

Não, nada mais longe da verdade. Assim, de maneira inequívoca, os médicos Maria Maeno, especialista em Saúde do Trabalhador, e Cláudio Maeirovitch, sanitarista, responderam à questão lançada pelo programa Pauta BR, que a Fundação Perseu Abramo levou ao ar na última sexta, 30 de julho. Por isso, é temerário o clima de relaxamento que se aprofunda nas últimas semanas, embalado por notícias como a queda na ocupação dos leitos hospitalares ou até mesmo a incrível decisão do pre-

feito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), de celebrar feriado como se a doença não representasse mais ameaças.

“A média diária de mortes é assustadora. Sem dúvida esta é a maior catástrofe humanitária de nossa história. São 200 milhões de casos de infecção, e é possível que seja três vezes maior. Temos 550 brasileiros mortos”, diz Cláudio Maeirovitch, ex-presidente da Anvisa e servidor da Fiocruz. “A gente vai se acostumando com números tão superlativos que não causam mais horror. Mas a média de mil mortes por dia repete os primeiros momentos do ano passado”, argumenta.

Maria Maeno destaca que o vírus da Covid-19 é um vírus do trabalho, embora não seja assim tratado pelas autoridades públicas. Ela lembra que até agosto do ano passado, as guias médicas que registravam casos de contaminação não especificavam a ocupação dos doentes. Por pressão do movimento sindical e do Ministério Público do Trabalho, isso mudou. Mas o preenchimento é facultativo.

Desse modo, não há o reconhecimento formal de que a pessoa possa ter se contaminado no ambiente de trabalho ou no trajeto, a bordo de ônibus e trens sempre lotados. Sem isso, o trabalha-

dor e a trabalhadora não podem acessar o auxílio do INSS durante o afastamento. Situação pior têm aqueles sem vínculo formal de trabalho. “Os ambientes de trabalho não são territórios que receberam atenção da vigilância sanitária”, diz Maria. Como parte desse descaso, empresas estão chamando precipitadamente seus funcionários para o trabalho presencial. E, lembra a médica, sem mudanças estruturais nos locais de trabalho que garantam qualidade do ar, por exemplo.

Outra denúncia, avalizada por internautas que assistiram ao programa, é que empresas pressionam seus funcionários com metas abusivas e a oferta de supostas vantagens para impedir as faltas ao trabalho. “Muitas pessoas escondem os sintomas com medo de perder o emprego”, diz.

Para Maierovitch, a volta às aulas é outra decisão errada. “Estamos no meio de um bombardeio atômico e a gente discutindo se as crianças têm de ficar na escola”, comparou. Ela ainda lembra a necessidade de testagem frequente, e nega que isso seja excessivo ou desnecessário: “Olha as Olimpíadas, um ambiente absolutamente

controlado, foram detectadas mais de 100 pessoas contaminadas”.

Para ela, ter a taxa de ocupação de leitos como referência principal é enganoso, porque a média daqueles que são internados e morrem no hospital gira em torno de 50%. “Nosso desafio é conter a contaminação”, completa.

Maierovitch culpa o governo Bolsonaro por ter adotado intencionalmente uma estratégia de morte. “Tenho a sensação de que os que menos importam para a economia são os descartados primeiro, os idosos, aqueles que têm comorbidade. Assim o governo se livra de gastos com o INSS”, lamenta.

Para o especialista, a quantidade de vacinados tem de aumentar consideravelmente antes que qualquer relaxamento seja esboçado. Ele ressalta que, no Reino Unido, foi adotada a chamada “segunda-feira da liberdade”, medida revista 24 horas depois. Os Estados Unidos, por outro lado, também julgavam o problema superado e descartaram o uso de máscaras, medida já abandonada. “Não vamos nos contagiar com esse clima de que acabou”, adverte. •

COM 555 MIL MORTOS, PAÍS FALHA NA VACINAÇÃO

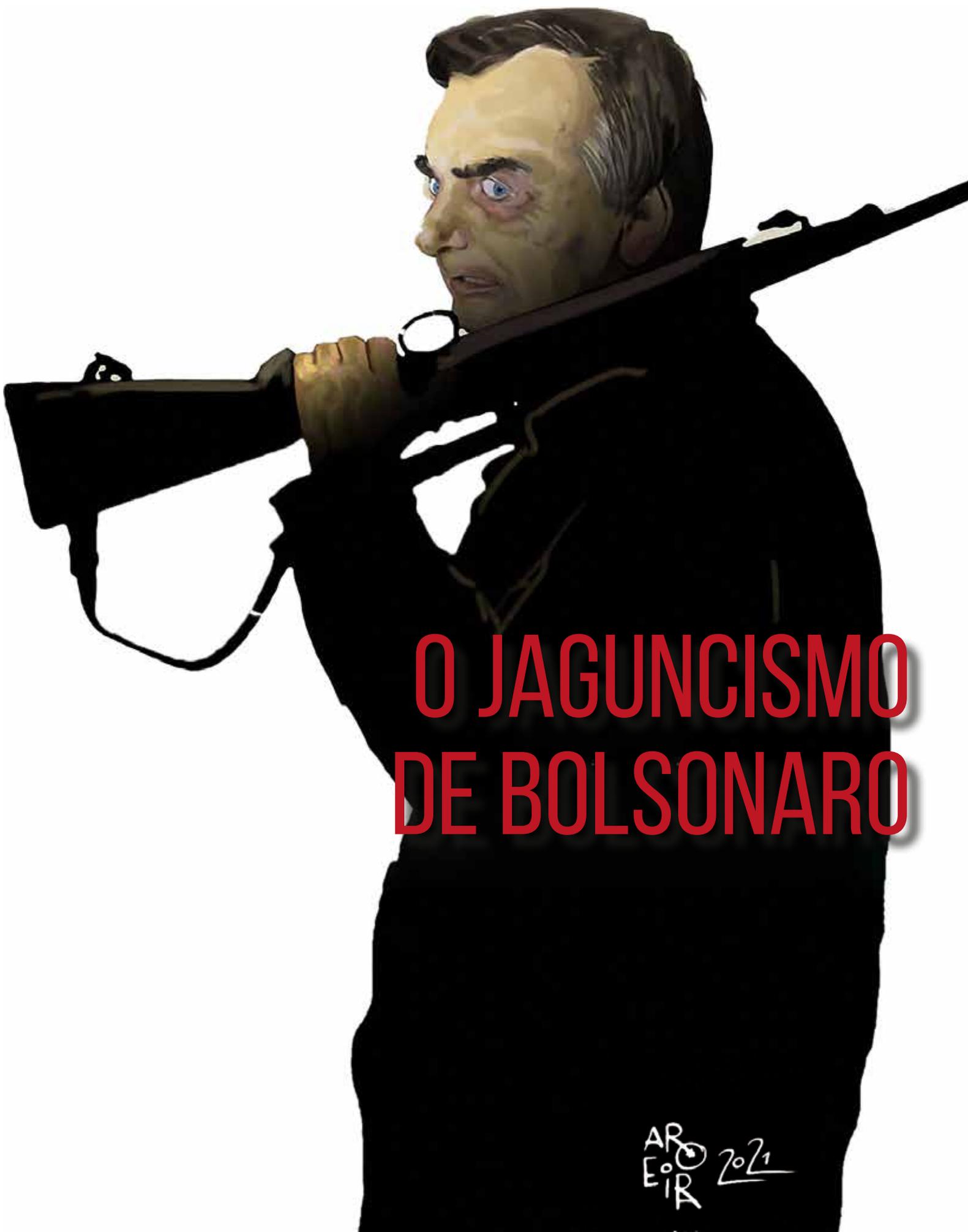
O Brasil mantém um alto platô de mortes diárias por Covid-19, cerca de 1.083, de acordo com o consórcio de veículos de imprensa. Somente na sexta-feira, 30, o país perdeu 963 vidas para a doença. O número é mais alto do que o período mais crítico da pandemia em 2020, no mês de julho. Apesar da tragédia, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, entrou em rede nacional, na quarta-feira, 28, para falar que o país pode se “orgulhar” do “sucesso” da campanha de vacinação, a despeito de o Brasil ter pouco mais de 18% da população imunizada.

“Hoje, podemos nos orgulhar do sucesso da nossa campanha de vacinação”, delirou Queiroga, no pronunciamento. “Com milhões de brasileiros tomaram ao menos uma dose”, disse, pintando um quadro de 63% da população adulta vacinada. O consórcio de imprensa traz um cenário menos otimista: os vacinados com a primeira dose equivalem a 46,3% da população. Como o presidente Jair Bolsonaro, o ministro mente à vontade.

Queiroga dobrou a aposta na mentira ao dizer que Bolsonaro “promoveu estratégia diversificada de acesso às vacinas”. Outra inverdade. Bolsonaro não só atrasou a chegada de imunizantes que poderiam ter poupado milhares de vidas como atuou em campanhas antivacinas, como declarou à CPI da Covid a própria ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações da Saúde Franciele Fantinato. •

Paulo Pinto/Fotos Públicas





O JAGUNCISMO DE BOLSONARO

AR
E O
IR 2021

Enquanto o Planalto promove a violência, enaltecendo a imagem de pistoleiros no Dia do Agricultor, os produtores familiares de alimentos promovem a paz. No passado recente, com Lula e Dilma, o país estava fora do Mapa da Fome da ONU. Agora, os pobres não têm o que comer

Por Elvino Bohn Gass

Mais um absurdo foi praticado pelo governo neofascista Bolsonaro no Dia do Agricultor, comemorado em 28 de julho. A Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República publicou foto de um suposto agricultor com uma espingarda no ombro em meio a uma plantação. Uma mensagem calhorda para tentar associar os agricultores a jagunços e pistoleiros e chamuscar a imagem de quem produz de sol a sol 70% dos alimentos consumidos no dia a dia pelo povo brasileiro.

A postagem do governo é um escárnio e explicita o desprezo e o desconhecimento da realidade da agricultura familiar no Brasil, setor em que se destacam a solidariedade, generosidade e dedicação para prover alimentos sem veneno, nutritivos, para as famílias brasileiras.

Como se já não bastasse a absoluta ausência de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, o governo Bolsonaro avilta a imagem do trabalhador e da trabalhadora rural produzindo uma imagem sombria e violenta.

É inaceitável! Os cerca de 15 milhões de homens e mulheres do campo brasileiro merecem respeito. É imperioso que se reconheça o seu importante papel na produção de alimentos e no desenvolvimento do país.

A agricultura familiar é um exemplo de como tratar a terra com baixo impacto ambiental,

diversidade de culturas, gerando empregos e renda. A postagem de Bolsonaro confirmou que é um governo que espalha a violência e estimula o uso de armas.

Em 2020, o relatório “Conflitos no Campo”, da Comissão Pastoral da Terra, documentou e sistematizou 1.576 ocorrências de conflitos por terra em 2020. É o maior número desde 1985, quando o relatório começou a ser publicado. Os dados sobre violência no país mostram crescente aumento do número de mortes à medida em que as armas são liberadas graças à irresponsável política armamentista do atual governo. No campo, essa violência explode ainda mais diante do estímulo oficial a atividades criminosas de grileiros e depredadores do meio ambiente.

No Dia do Agricultor, uma mensagem de paz e solidariedade foi dada pelos trabalhadores e trabalhadoras da área. Por intermédio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em vários estados foram realizadas doações de toneladas de alimentos. Mais uma prova de que é o pequeno produtor que coloca alimento em nossas mesas, dando exemplo de solidariedade.

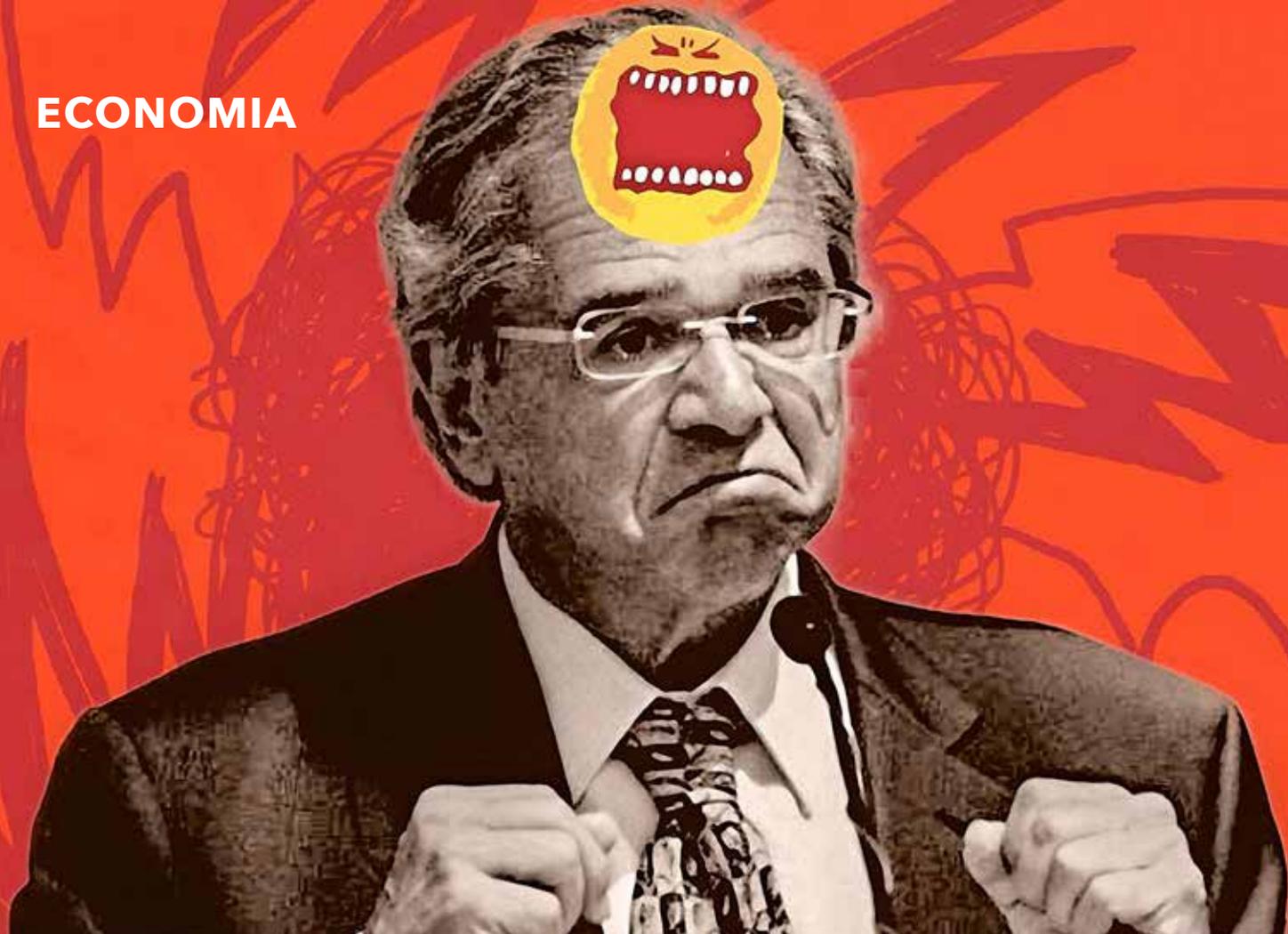
Enquanto Bolsonaro promove a violência, os agricultores familiares promovem paz. Na verdade, desde o início da pandemia da Covid-19, tem havido iniciativas de produção de alimentos saudáveis e a solidariedade entre o meio rural e urbano através de campanhas solidárias.

O Brasil já viveu um momento nos governos de Lula e Dilma, em que o país foi tirado do Mapa da Fome das Nações Unidas, com combate à pobreza e à miséria. Infelizmente, voltamos a ter no Brasil gente passando fome, mesmo tendo um espaço tão maravilhoso para a produção de alimentos. Bolsonaro ignora a fome e a pobreza e ainda cortou verbas e vetou todas as propostas de amparo ou de incentivo à agricultura familiar aprovadas na Câmara. O campo não vai esquecer disso.

Importante lembrar que o governo gastou R\$ 3 mil para comprar uma imagem na internet de um caçador, para dizer que é um agricultor e incitar a violência no campo, mas no mesmo dia o ex-presidente Lula postou foto ao lado de verdadeiros agricultores. Lula, sim, sem mentiras e sem gastar dinheiro do contribuinte para disseminar violência, mostrou uma imagem de respeito à verdade e à realidade.

Os trabalhadores e trabalhadoras que produzem e preservam as nossas terras, levando comida para mesa do povo, merecem o nosso agradecimento. Ao contrário do pistoleiro da propaganda de Bolsonaro, os que trabalham a terra não querem violência, mas produzir alimentos para toda a população com respeito à natureza. Um viva aos produtores rurais! •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.



OUTRO FEITO DE GUEDES\$: INFLAÇÃO COM RECESSÃO

A economia brasileira patina, quase parando, mas os preços de alimentos e do gás de cozinha aceleram, jogando o povo num pesadelo permanente. Esta combinação perversa para a maioria do povo é obra dos governos do pós-golpe de 2016

Por Artur Araújo e Isaías Dalle

Se alguém, no afã de denunciar a alta de preços usando um colar improvisado, como fez em 2013 uma conhecida apresentadora de TV, fizesse isso hoje, teria dificuldades em reunir todos os vilões da inflação em torno de um só pescoço. E não adianta, como

insistem alguns, responsabilizar a pandemia por todos os males. A carestia dos alimentos, resultado do abandono da política de segurança alimentar, acentuada pela queda do poder de compra dos salários – duas realizações dos governos do pós-golpe de 2016 – é anterior à chegada da Covid-19. É desta época, do biênio 2017/2018, a volta do país ao Mapa da Fome da ONU.

Os atuais patamares da fome são o resultado da convergência entre a desestruturação da legislação trabalhista ao longo de 2017 a 2019, combinada com a agenda neoliberal que garantiu estagnação econômica, desmonte das políticas públicas, choque da pandemia e má gestão da crise sanitária pelo governo.

Desde a gestão Temer, o poder de compra dos salários caiu e nunca mais reagiu. Ao contrário, a luta pela sobrevivência que caracteriza os tempos atuais fez trabalhadores informais do setor de serviços diminuírem seus ganhos, enquanto medidas “de proteção” ao emprego adotadas pelo governo Bolsonaro disseminou o corte salarial nas empresas.

A fome é o aspecto mais sombrio do período. A mão invisível do mercado tem feito a sua parte na disparada dos preços. Sem estoques reguladores do governo, e sem uma intervenção que garanta a venda de alimentos preferencialmente para o público interno, como fizeram Índia, Vietnã, China e outros 11 países, o preço da comida fica ao sabor da variação internacional, com cotação em dólar.

“Essa inflação está ligada à posição brasileira no cenário internacional, com uma economia dependente e com uma moeda fraca”, explica a economista Juliane Furno, professora do curso Economia para Transformação Social, da Fundação Perseu Abramo. Isso se deve, segundo Furno, a problemas no balanço de pagamentos. O Brasil é um país que importa mais que exporta, o que o coloca vulnerável às oscilações do dólar. E o agronegócio, por seu perfil financeirizado, calcula o preço de seus produtos com base na cotação internacional – muitas vezes até preferindo exportar a vender para a população brasileira.

Não precisava ser assim, diz a economista. Ela cita como exemplo o arroz produzido pelo MST. “Eles calculam o custo de produção e inserem uma margem para vender. O preço fica abaixo do mercado”, explica a economista. “Por isso, uma política de fomento à reforma agrária e à agricultura familiar não deixaria o Brasil refém dessa oscilação internacional”.

Quem abastece a cozinha sente o problema, mas nem sempre as razões são explicitadas pela

mídia comercial. A responsabilidade é quase integralmente imputada ao preço dos combustíveis – outro ponto fraco da gestão Bolsonaro, que submeteu a Petrobrás ao mesmo atrelamento cambial que encarece a comida. Câmbio, por sinal, que é muito desvantajoso para o real, neste momento, devido à fuga de capitais, que rumam para os títulos da dívida estadunidense, muito mais seguros.

Na hora das compras, o consumidor que ainda pode vai fazendo as contas do estrago da política econômica e social forjada pelo governo. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), acumulado em 12 meses, chegou a 8,35% em junho, mas a Inflação de alimentos bateu 15,3%. Dentre os quais se destacam produtos como arroz (48%), feijão (22%), carne (38%), leite (11%), gás de cozinha (24%) e óleo de soja (86,87%).

Etanol e gasolina, no mesmo período, subiram 65,24% e 45,80%, respectivamente. O risco de esse aumento ir parar nas tarifas de transporte público não está descartada. Outro aumento significativo, e que produz duro sofrimento, é o da energia elé-

A nova onda da inflação

Arroz: 48%

Feijão: 22%

Carne: 38%

Leite: 11%

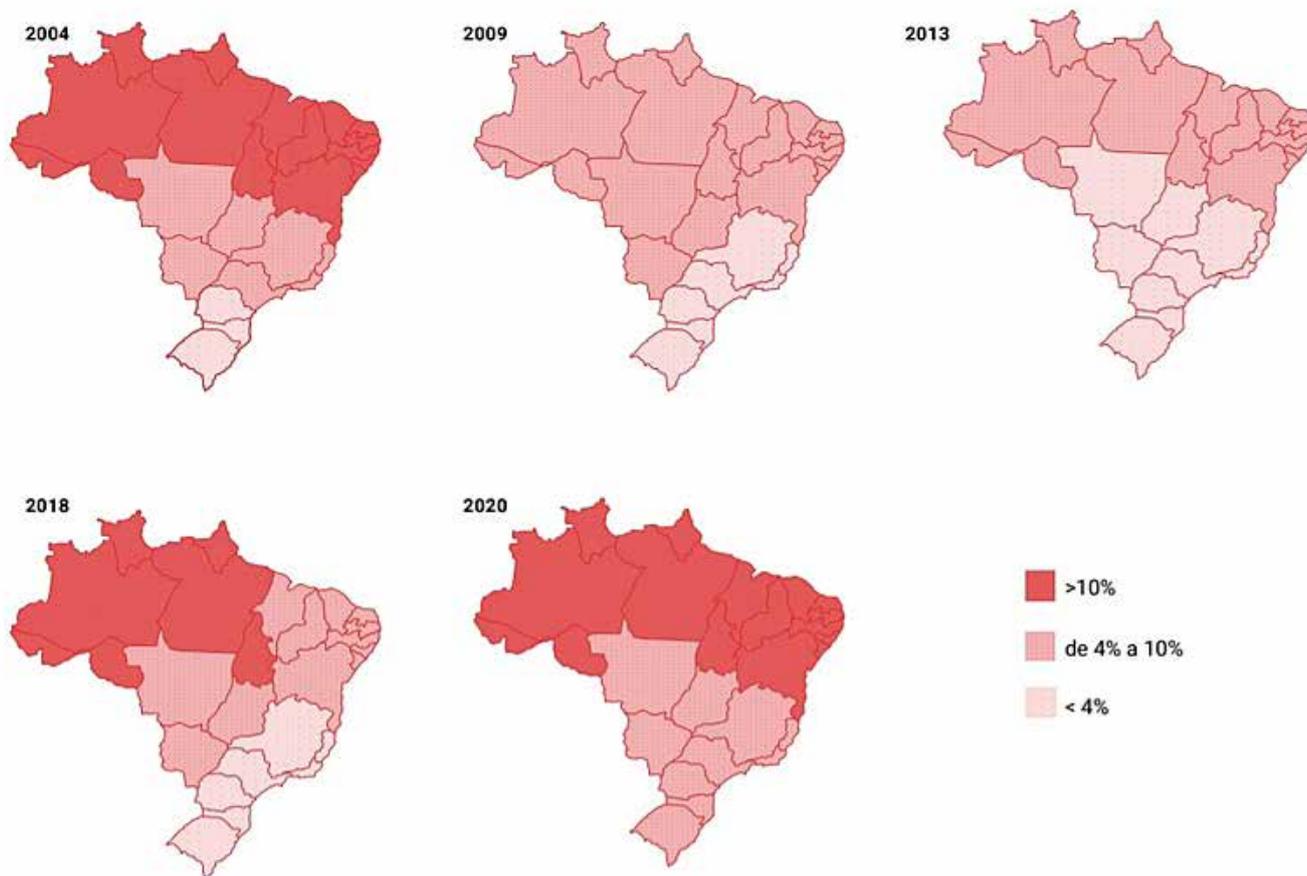
Gás de cozinha: 24%

Óleo de soja: 86,87%

Fonte: IBGE

EVOLUÇÃO DA FOME NO BRASIL

Porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar grave entre 2004 e 2020



Fonte: Rede PENSSAN / Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

trica, cuja bandeira 2 bateu em 52% em julho. Somada ao peso do aluguel, a alta taxa de energia tem potencial para aumentar a população em situação de rua, outro sinal que marcará este período.

O Brasil vive uma estranha combinação de recessão e subida de preços. A destruição do mercado de trabalho é grave. Em janeiro de 2020, um mês antes do primeiro caso de Covid-19, o desemprego no Brasil atingiu 11,9 milhões de pessoas (11,2%), e o total de pessoas fora da força de trabalho chegou a quase 66 milhões - um recorde desde 2012, quando teve início a PNAD Contínua/IBGE, como resultado das políticas de desmonte do mercado de trabalho de Temer e Bolsonaro. A pandemia e a falta de gestão da crise

por Bolsonaro acirraram a crise no mercado de trabalho.

Hoje o Brasil tem 14,8 milhões de desempregados, 6 milhões que desistiram de procurar emprego, 34,2 milhões de brasileiros na informalidade e 33,3 milhões de trabalhadores subutilizados.

A fome é resultado dessa combinação. Não é, como sugerem monetaristas iguais ao ministro da Economia, Paulo Guedes, um problema de excesso de demanda. "Ele chegou a dizer que o auxílio emergencial teria feito as pessoas a comprar mais comida", ressalta Juliane Furno.

Diagnóstico falso, política ruim. A suposta culpa do auxílio emergencial não se sustenta. O que poderia ser um instrumento de forte ajuda, foi esvaziado. Os dados de 2020 variaram muito

ao longo do ano. Ao longo de cinco meses do ano houve cobertura do auxílio emergencial de R\$ 600 para um universo de mais de 60 milhões de pessoas. E os últimos três meses com auxílio de R\$ 300. Nos primeiros quatro meses de 2021, os pobres ficaram sem cobertura alguma de seguro de renda, o que intensificou a crise e a fome.

O novo auxílio emergencial que está em vigor desde abril, varia de R\$ 150 a R\$ 375. É pouco. A cesta básica na grande maioria das cidades está em torno de R\$ 600 - São Paulo, por exemplo é de R\$ 626, segundo o Dieese. O auxílio está beneficiando 39 milhões de pessoas. Isso significa que 29 milhões foram excluídos, se considerarmos os 68,2 milhões beneficiados na primeira edição.

VERGONHA MUNDIAL: O POVO NO OSSO

As imagens correram o mundo na última semana. Na imprensa estrangeira, a fome do povo brasileiro. No dia 25, reportagem no jornal espanhol *El País* mostrou como, em Cuiabá, a capital de Mato Grosso e do milionário agronegócio brasileiro, uma fila se formava na rua lateral do Atacadão da Carne antes das 9h. O açougue é conhecido pelo preço "mais em conta". Mas ganhou fama pela distribuição do que restou da desossa do boi.

As pessoas, amontoadas e na fila, lutam pelos ossos com resquícios da carne vendida e que servem de uma improvisada fonte de proteína da população mais humilde da capital do agronegócio. "É a maior felicidade a gente conseguir um ossinho aqui, porque está feia a crise! Eu estou desempregado e não tem para onde a gente recorrer. Faz tempo que eu não como carne, se não fosse o ossinho. Tudo está caro!", contou Joacil Romão da Silva, de 57 anos, ao diário paulista.

A ação do açougue de Cuiabá

EL PAÍS

Colas para hacerse con un hueso de carne: el hambre se dispara en Brasil

La pandemia ha profundizado la precariedad económica de millones de brasileños. Muchos dependen ahora de donaciones para comer



já ocorre há mais de 10 anos. Mas, antes da pandemia, a fila reunia entre 20 e 30 pessoas, segundo Edivaldo Oliveira, de 58 anos, dono do estabelecimento. "Agora, triplicou ou mais. Hoje são 200 pessoas. Estamos com dificuldade para atender e a gente está se esforçando ao máximo. Mas é muita gente mesmo", relata. Os sinais de desarranjo estão por toda parte. É o retrato do Brasil de Bol-

sonaro: mais fome, mais desigualdade e mais miséria.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acusa Bolsonaro de aumentar o sofrimento do povo. "A fome voltou porque não temos governo", diz. "A fome voltou forte, o desemprego é maior da história do Brasil e eu não vejo o presidente preocupado em encontrar uma solução para acabar com o sofrimento do povo brasileiro". •

O programa Bolsa Família, por sua vez, acumula filas. Hoje 1,5 milhão de pessoas esperam ingresso. E a fila de espera só não é maior porque o Cadastro Único está praticamente parado, com o auxílio emergencial que passou a cadastrar as famílias pelo aplicativo. O CadÚnico, tão elogiado no mundo, está agonizando, desatualizado há mais de um ano.

Se o Bolsa Família, vigente no governo Dilma no período de menor taxa de desemprego da história, fosse atualizado para garantir o mesmo poder de compra hoje, ele valeria R\$ 300. Ou seja, se os valores do "novo Bolsa Família", como anunciado pela oitava vez pelo governo

federal, ficarem em média em R\$ 300, o "novo" nada mais seria que a sua atualização monetária e manutenção do mesmo patamar do poder de compra vigente no governo Dilma. A mudança de nome seria exclusivamente política.

Já a fome não tem nome que possa amenizar seu significado e impacto. Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em dezembro de 2020, quando ainda vigorava o auxílio emergencial de R\$ 300, 19 milhões de brasileiros estavam em situação de fome, insegurança alimentar grave, quando até as crianças

não comem o suficiente no domicílio – 9% dos brasileiros.

E outros 24 milhões de brasileiros não comem o suficiente – os adultos no domicílio passavam alguma situação de fome. Pela pesquisa, somados estes dois dados, podemos afirmar que 43 milhões de brasileiros experimentavam alguma situação de fome. É o equivalente à população da Argentina.

Já a pesquisa Datafolha de maio deste ano apontou que um em cada quatro brasileiros (25%) teve menos comida do que o suficiente em casa. O que equivale a 53 milhões de pessoas. Esta situação tende a ser igual ou pior hoje. •



Olimpio

Roberto Stuckert Filho

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA FOI ABANDONADA

As estatais, vetor de dinamização do aumento da infraestrutura brasileira, especialmente na área de energia, reduziram seus investimentos a menos da metade do pico alcançado em 2013. Temer e Bolsonaro cometeram um erro estratégico ao acreditar que só o investimento privado bastaria para melhorar o setor

Para ampliar e modernizar a malha logística brasileira, os governos do PT adotaram a estratégia de combinar investimento público e privado. Além de acelerar o processo de melhoria desta estrutura essencial para o desenvolvimento nacional, foi possível impulsionar o crescimento econômico e a ampliação da riqueza e do emprego. Depois do Golpe de 2016, quando Dilma Rousseff foi afastada da Presidência da República por um impeachment sem crime de responsabilidade, tudo mudou.

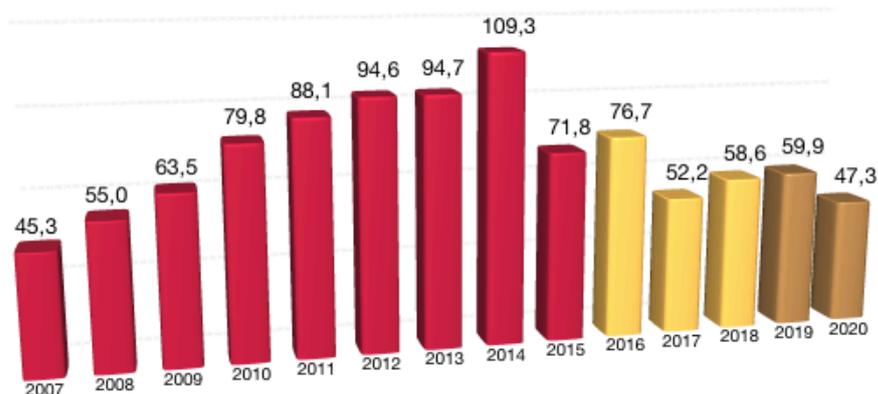
Os governos Temer e Bolsonaro abandonaram esta estratégia, na crença de que apenas o setor privado bastava. Reduziram drasticamente os investimentos públicos e centraram a atuação do Estado na adoção de medidas para rentabilizar negócios privados em vez de viabilizar uma estratégia de desenvolvimento para o país. Os dois governos golpistas iniciaram a desregulamentação e reorganização dos marcos legais para atender a interesses paroquiais e privados, sem perseguir o objetivo de aumentar a capacidade dos diversos modos de transporte.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado ainda no governo Lula, foi progressivamente abandonado por Michel Temer e totalmente eliminado na gestão de Jair Bolsonaro. A lógica de priorizar investimentos e integrar recursos da União, financiamentos dos bancos públicos e investimentos das estatais, que caracterizava o PAC, deixou de existir nos dois governos pós-golpe.

Em decorrência disso, a partir

Investimentos do Governo Federal

Em R\$ bilhões de 2020 *



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Economia.

* Deflator utilizado: IPCA.

de 2016, o investimento público mudou de patamar, chegando, em 2020, a apenas 40% do realizado em 2014, quando Dilma foi reeleita por 54,5 milhões de votos e passou a ser alvo da sabotagem política do PSDB, do Centrão e de Michel Temer e o PMDB.

As empresas públicas federais, que foram poderoso vetor

de dinamização do aumento da infraestrutura brasileira, especialmente na área de energia, reduziram seus investimentos a menos da metade do pico alcançado em 2013.

Os desembolsos do BNDES, banco público fundamental no financiamento ao investimento, especialmente a infraestrutura, despencaram nos últimos seis anos. Em 2020, os desembolsos totais corresponderam a cerca de um quinto do alcançado em 2010, ano da melhor marca.

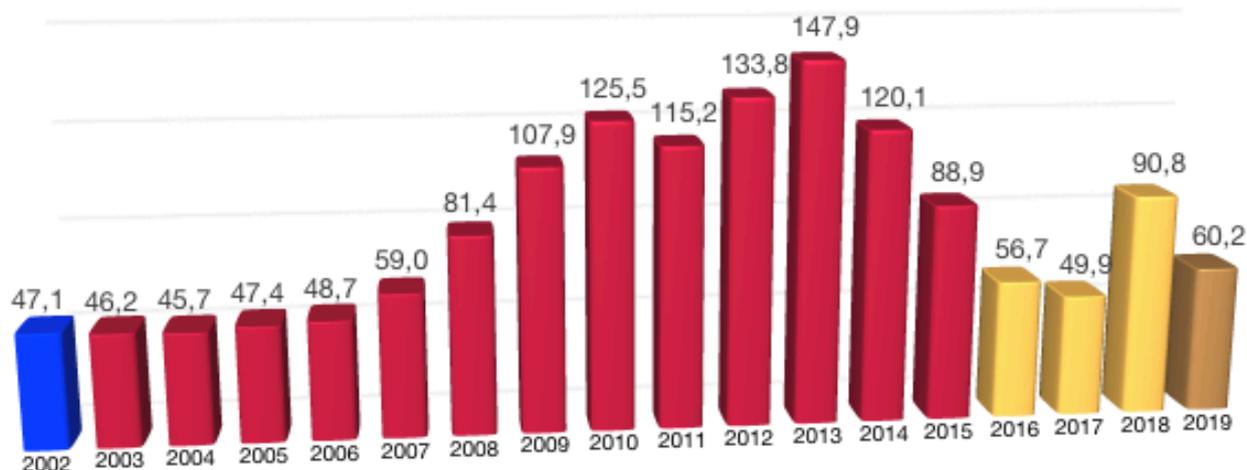
O abandono do investimento público como indutor do crescimento resultou em reduzidas entregas de obras pelos governos pós-golpe. As poucas obras entregues correspondem àquelas adiantadas no período do PAC ou trechos insignificantes de obras que já estavam em andamento.

A título de exemplo, nos dois primeiros anos da gestão Bolsonaro, foram investidos em média R\$ 8,2 bilhões de recursos do Orçamento Geral da União na função transporte. No período 2010-2014, a gestão petista investiu, em média, R\$ 20 bilhões. Isso foi mais do que o dobro. •

INVESTIMENTO PÚBLICO MUDOU DE PATAMAR DEPOIS DO GOLPE, CHEGANDO A APENAS 40% DO REALIZADO EM 2014, QUANDO DILMA FOI REELEITA

Investimentos das Empresas Estatais

Em R\$ bilhões de 2020 *



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Economia.
* Em R\$ bilhões de 2020. Deflator utilizado: IPCA.

CONCESSÕES SÃO INSUFICIENTES PARA GERAR O INVESTIMENTO NECESSÁRIO

A aposta dos governos Temer e Bolsonaro é que a iniciativa privada conduzirá o investimento em infraestrutura logística. Entretanto, mesmo sendo prioritário, no setor de rodovias, por exemplo, o governo Temer licitou apenas um trecho e Bolsonaro três, enquanto Dilma e Lula licitaram, cada um, oito trechos.

Além disso, boa parte dos projetos incluídos na atual carteira de Bolsonaro estavam sendo preparados há vários anos. Este é o caso da licitação da Ferrovia Norte-Sul, no trecho Porto Nacional (TO) até Estrela D'Oeste (SP), leiloada no 1º semestre de 2019, cujo obra estava praticamente concluída e o governo atual apenas licitou a concessão. O mesmo ocorreu com a concessão do Trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, cuja obra estava com 75% concluída deste 2016.

As renovações antecipadas de concessões ferroviárias existentes foram outro artifício do governo Bolsonaro para tentar estimular o investimento. Porém, com uma diferença fundamental frente ao proposto do governo Dilma: os princípios da gestão Bolsonaro sempre foram a maior geração de caixa com pagamento de outorgas, em vez de investimento no aumento da capacidade. As renovações deixaram de prever condicionantes para garantir direitos dos usuários, desconsideraram as possibilidades de intervir no desenvolvimento local e não previram investimentos significativos no curto prazo.

Além disso, como os investimentos previstos nas concessões começam de fato a serem realizados a partir de um a dois anos, no mínimo, após a realização do leilão, e ocorrem ao longo dos

contratos, com duração média de 25 anos, esses leilões não resultarão em novas inversões neste governo. O investimento privado que está ocorrendo e ocorrerá até 2022 está associado às concessões do período Lula-Dilma, realizadas nos governos do PT.

Mas o governo abriu mão de ter um programa indutor como o PAC, criado em 2007 durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo. •

O ALVOROÇO INEFICIENTE EM TORNO DA REVISÃO DOS MARCOS LEGAIS

A linha dogmática ultraliberal apregoada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, caracteriza as revisões dos marcos legais em vários setores, mas com resultados pífios quanto ao estímulo ao investimento.

Embora tenha proposto revisões setoriais, o governo resiste em promover uma revisão da Lei Geral de Concessões. Em vez da discussão mais abrangente, o governo tem optado, com o Projeto de Lei 2.646/2020, pela revisão apenas da parte que estimula os investimentos privados por meio de debêntures.

As debêntures de infraestrutura concederão benefícios fiscais diretamente às pessoas jurídicas emissoras. Dentre essas vantagens estão a dedução (para efeito de apuração do lucro líquido) do valor correspondente aos juros pagos ou incorridos e a exclusão do lucro da determinação do lucro real e da base de cálculo CSLL, valor equivalente a 30% da soma dos juros pagos no exercício.

PORTOS

O modelo de concessão da autoridade portuária (CODESA, CODESP e outros portos públicos) é exemplo da insegurança gerada, que poderá criar uma instabilidade regulatória dos contratos de arrendamentos vigentes e a serem incorporados pelo futuro arrendatário e não assegura o emprego dos funcionários das empresas estatais que terão seu controle acionário vendido ao setor privado, com possibilidades reais de desemprego em massa.

Outra alteração realizada pela Lei 14.047/2020 é a de permitir que arrendamentos sem competitividade no mercado possam ser dispensados de licitação.

CABOTAGEM

O PL 4.199/2020, difundido como a BR do Mar (ou BR do Mal), aprovado na Câmara e em debate no Senado, favorece as grandes empresas já instaladas. Essas empresas terão a vantagem de poder afretar no exterior, a um custo menor, um quantitativo não permitido às entrantes. Essa vantagem se soma à decorrente da maior escala que possuem, o que pode resultar em aumento da concentração do mercado.

Outro efeito nefasto será a eliminação da fabricação de novas embarcações produzidas nos estaleiros nacionais, o que, afetará ainda mais os empregos na indústria naval.

FERROVIAS

Na ilusão de que apenas o setor privado faz investimentos estruturantes, há um grande risco do governo Bolsonaro aproveitar a tramitação no Senado do PLS 261/2018 para acabar com o modelo de concessões ferroviárias (ferrovias públicas concedidas ao privado para operação) e criar o modelo de autorização, com isso perdendo patrimônio público e capacidade de regulação. As ferrovias autorizadas serão propriedade privada, sem prazo de vigência e com autorregulação.

AVIAÇÃO

No setor aéreo, o governo federal tem atuado de forma bastante limitada para estimular o investimento. Além de algumas ações regulatórias de rotina, a principal medida do setor foi a edição do programa Voo fácil, que apenas desregulamenta a aviação geral, incluindo a possibilidade de venda de assentos individuais para empresas de taxi aéreo. Para a aviação comercial, as medidas que poderiam impactar o investimento no setor são secundárias, resumindo-se ao reequilíbrio dos contratos de concessão dos aeroportos, postergando investimentos e reduzindo tarifas.

Além disso, o Executivo editou normas regulando a cobrança de bagagens e possibilitando a desnacionalização da propriedade das empresas aéreas.

RODOVIAS

No setor de concessões rodoviárias, pela primeira vez, o governo federal adotou o critério de maior valor da outorga para definir o vencedor da concorrência. Este critério não havia sido adotado nem nas concessões do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com isso, os possíveis ganhos no processo de leilão e disputa entre as empresas deixarão de se refletir em menores tarifas para os usuários. Além disso, os recursos de outorga estão sendo destinados à redução da dívida e não a novos investimentos em infraestrutura. •

INTERNACIONAL



AMÉRICA
LATINA
DÁ SETA À
ESQUERDA



TELAM

NO RUMO CERTO Os presidentes da Bolívia, Luis Arce, e da Argentina, Alberto Fernández, recolocaram o Estado no centro do desenvolvimento dos seus países, depois do fracasso da agenda ultraliberal derrotada nas urnas pelo povo

Progressistas já governam Argentina, México, Peru e Bolívia. Vitória de Lula no Brasil poderá consolidar a volta de uma política de integração e recriar ambiente de justiça social na região

Por Danilo Molina

Depois de um período de crescimento da direita e da extrema direita na América Latina, que teve como casos mais emblemáticos os golpes contra Dilma Rousseff, no Brasil, e Evo Morales, na Bolívia, e os processos de lawfare contra Lula e Cristina Kirchner, no Brasil e Argentina, os ventos democráticos parecem ter voltado a dar as caras na região. Além das massivas mobilizações populares contra os governos neoliberais, os movimentos sociais e progressistas têm obtido importantes vitórias em eleições presidenciais pelo continente.

O caso mais recente foi a eleição do professor, líder sindical e socialista Pedro Castillo para a Presidência do Peru. Ele chegou a

ter a vitória contestada pela candidata de extrema-direita, Keiko Fujimori, filha do ditador Alberto Fujimori, que alegou fraudes no processo eleitoral peruano sem apresentar qualquer prova. Ela foi derrotada e Castillo, finalmente tomou posse na quarta-feira, 28.

Ele anunciou que vai enviar ao Congresso Nacional peruano um projeto de lei, para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte por meio de um plebiscito nacional. De acordo com o novo presidente do Peru, uma eventual constituinte “deve ser multinacional, popular e com paridade de gênero em sua constituição” – tal qual o Chile aprovou, recentemente.

Castillo argumenta que atual Constituição peruana data ainda da ditadura Fujimori e que, portanto, não partiu da vontade po-

pular. “Esse é um dos principais motivos que nos obriga a buscar uma nova Constituição que, entre outras coisas, nos permita adequar os contratos (com mineradoras) às novas circunstâncias do mercado internacional, garantindo a receita do Estado”, afirmou.

Iniciativa semelhante está acontecendo no Chile. Apesar do governo de direita de Sebastián Piñera, após uma forte onda de manifestações populares que tiveram início em outubro de 2019, em razão do aumento nas tarifas de transporte público, o país passa por uma nova constituinte. Instalada no início do mês, a assembleia tem maioria de independentes e progressistas, tendo eleito para a sua Presidência a acadêmica machupe Elisa Loncón.

Outra demonstração de força

da esquerda na Constituinte chilena foi a aprovação, com o voto de 105 dos 155 constituintes, de uma declaração de indulto aos detidos nos protestos de outubro de 2019 e aos presos políticos mapuches desde 2001, detidos no âmbito do conflito por terras na região de Araucanía. “A violência que acompanhou os acontecimentos de outubro foi consequência do fato de que os poderes constituídos foram incapazes de abrir uma oportunidade para criarmos uma nova Constituição e, hoje, quando estamos iniciando os trabalhos da constituinte, devem se encarregar disso”, afirma o texto, aprovado por maioria, mas rejeitado pela direita.

Os ventos progressistas também voltaram a soprar na Bolívia. Depois de um golpe de Estado, que contou com a conivência das Organizações dos Estados Americanos (OEA) e impediu a reeleição do então presidente Evo Morales em 2019, o Movimiento al Socialismo (MAS), liderado por Luis Arce, voltou a vencer as eleições presidenciais bolivianas no ano passado.

O governo tem realizado uma rigorosa apuração do golpe de Estado de 2019. O Ministério Público da Bolívia já ordenou a prisão da autodeclarada presidente Jeanine Añez, detida em março deste ano, e de cinco ex-ministros do governo golpista.

A esquerda também governa, desde o fim de 2019, a Argentina, segunda maior economia da América do Sul. Depois de um



NOVO CICLO Para o secretário de Cooperação Educativa da Argentina, Pablo Gentili, os governos progressistas de Alberto Fernández (Argentina) e Andrés Manuel López Obrador (México) deram impulso a uma nova onda

forte processo de perseguição judicial à principal liderança política daquele país, a ex-presidente Cristina Kirchner, e de um governo de direita de Maurício Macri, os peronistas se reorganizaram em torno da candidatura de Alberto Fernández e impediram a reeleição do empresário.

Na composição para as eleições portenhas, a liderança de Cristina foi decisiva. A ex-presidente assumiu a condição de vice na chapa liderada por Alberto Fernández, que venceu as eleições presidenciais em primeiro turno com 48% dos votos.

O México é outro país governador por um progressista. Desde 2018, o presidente Andrés Manuel López Obrador, do Movimento de Regeneração Nacional (Morena), está à frente do país. As últimas eleições do

Congresso consolidaram a ampla maioria da coligação liderada pelo Morena na Câmara dos Deputados. Dos 500 parlamentares eleitos, a coligação do partido de Obrador elegeu 338 deputados, dos quais 254 são do Morena, 40 do Partido do Trabalho, 26 do Partido Encontro Social e 13 aliados do Partido Verde. Todos são da base de sustentação do governo.

Para o secretário de Cooperação Educativa e Ações Prioritárias do Ministério da Educação da Argentina, Pablo Gentili, o governo de Andrés Manuel López Obrador, no México; e de Alberto Fernández, na Argentina; inauguram um novo ciclo progressista. Segundo Gentili, o processo se consolida com o extraordinário avanço da esquerda no processo constituinte no Chile, o governo do MAS, na Bolívia, e o início do governo de Pedro Castillo, no Peru.

Gentili defende que a esquerda e os movimentos populares da região enfrentam três grandes desafios. O primeiro, trabalhar para consolidar a união das esquerdas e das forças populares. “Outro é reconstruir a estrutura dos Estados, devastados pelos governos neoliberais, implementando políticas de igualdade e justiça social

**GENTILI:
“PRECISAMOS
RECUPERAR
OS AVANÇOS
E DIREITOS
CONQUISTADOS
PELOS GOVERNOS
PROGRESSISTAS
NAS AMÉRICAS”**

que garantam direitos negados a milhões de cidadãos e cidadãs que sofrem condições de pobreza, violência, racismo e discriminação”, afirma.

“Ampliar os esforços de integração regional, recuperando os avanços conquistados pelos governos progressistas no início do século 21 e hoje em estado de profunda fragilidade e instabilidade”, conclui o argentino, ao listar os desafios das forças progressistas da região.

Gentili também argumenta que essa oportunidade para o avanço da esquerda na América Latina poderá se consolidar com o triunfo do PT nas próximas eleições no Brasil. No poder desde 2019, Jair Bolsonaro tem levado a cabo uma política ultraneoliberal de retirada de direitos dos trabalhadores e de desmonte do Estado de bem-estar social. Tem também uma atuação internacional marcada pelo isolamento político e pelo boicote à integração regional e às instituições multilaterais, tendo sido fiel seguidor o ex-presidente norte-americano Donald Trump, derrotado por Biden nas últimas eleições dos Estados Unidos. Bolsonaro sequer participou das cerimônias de posse dos presidentes do Peru e da Bolívia.

Todas as pesquisas presidenciais recentes apontam para a vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula Silva, algumas já no primeiro turno. Quatro grandes manifestações contra o governo Bolsonaro aconteceram este ano. Bolsonaro perde apoio popular de forma acelerada, batendo recordes de rejeição e de desaprovação ao seu governo. Os ventos progressistas que sacudiram a América Latina estão e volta e soprando cada vez mais fortes também em terras brasileiras. •



Divulgação

NO CHILE, DÍVIDA SECULAR COM OS ÍNDIOS

Professora e líder indígena mapuche, Elisa Lancon está à frente da Assembleia Nacional Constituinte

Pela primeira vez, uma líder indígena terá o papel de conduzir o Chile à redação de uma nova Constituição rompendo com a herança da ditadura do general Augusto Pinochet (1974-1990). Durante os próximos nove meses, Elisa Loncon, pertencente à etnia mapuche, presidirá a Assembleia Constituinte. Tem a missão de promover uma carta plural e que respeite os direitos e a existência dos povos originários.

Há um forte simbolismo em ter uma mapuche à frente da redação de uma nova Constituição. “Sempre se pedirá essa justiça histórica. Não apenas a justiça histórica, mas todo o reconhecimento da vulneração dos direitos das nações originárias exige uma mudança de política”, disse ao Correio Braziliense. “É preciso instalar formas de reparar violações. Com a Constituição, esperamos que se reconheça a vulneração dos direitos humanos das nações originárias. Não apenas com os mapuche, mas com todas as nações originárias”.

Ela lembra que a Constituição é herança de Pinochet. “A Carta Magna diz que o Chile é uma na-

ção única, indivisível. Esse caráter de nação única marginaliza os direitos de todas as nações originárias. O mínimo de dois terços [para mudar a Constituição] foi instalado pela ditadura para que a cidadania jamais tivesse o direito de modificá-la”, lembra.

Foi uma amarra para manter o status quo e o controle político e econômico”, diz Elisa Lancon, acadêmica do Departamento de Educação da Faculdade de Humanidades da Universidade de Santiago e especialista em educação intercultural bilíngue. Ela lembra que o modelo imposto por Pinochet no Chile resultou na neoliberalização total da economia.

“Abriu-se espaço para empresas transnacionais, que levam a riqueza do Chile. Com isso, o Chile, o sistema e a sociedade se empobreceram”, denuncia. “As políticas sociais são, de certa forma, políticas individualistas. Elas não favorecem nem garantem direitos das comunidades, dos povos, mas fortalecem o livre mercado e a livre concorrência. Alguns podem pagar e ter mais (recursos), e outros nada têm e não possuem direito à educação e à saúde digna”. •

AMORIM: CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO

Em entrevista, o ex-ministro das Relações Exteriores diz que há um esgotamento do modelo na América Latina, farta das limitações da agenda econômica da austeridade e concentração de renda

Focus Brasil - Como o senhor enxerga as recentes vitórias eleitorais das forças progressistas na América Latina?

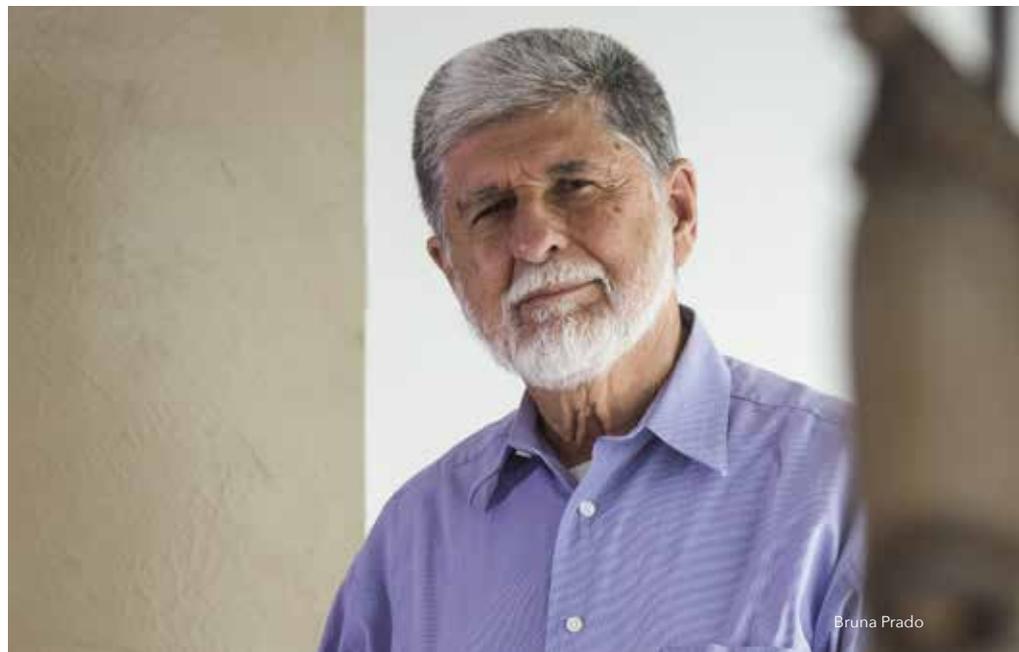
Celso Amorim – Na América Latina em geral, e na América do Sul em particular, estão ocorrendo mudanças importantes. Não é simplesmente uma nova onda rosa, que obviamente foi importante no início do milênio, mas algo que tem talvez mais profundidade. Em vários desses países, houve tentativas de mudanças pela força, por golpe, como foi o caso da Bolívia, ou mesmo por meios eleitorais, explorando os descontentamentos e com todas as manobras que a gente conhece, como foi no caso da Argentina.

Então, temos uma volta de governos populares, na Argentina, na Bolívia, no Peru, que elegeu seu primeiro presidente de origem camponesa, com pais analfabetos, em uma sociedade muito hierarquizada. Também é de grande importância a eleição para a constituinte no Chile. No Equador, não conseguimos, mas chegamos perto.

– E a que o senhor atribui a volta desses governos?

– O que há de comum nesses quatro processos eleitorais recentes é uma crítica muito clara aos modelos neoliberais. No início do processo, você pode dizer até que havia uma ideia de experimentar com o novo. Agora, há uma crítica muito clara ao neoliberalismo e às suas limitações.

Eu acho, talvez, que o exemplo mais óbvio é o do Chile, em que a crítica foi feita nas ruas e obrigou o presidente Piñera a aceitar



a Constituinte, que eles chamam de convenção. Eu vou até deixar de lado os elementos simbólicos, mas que são muito importantes, por exemplo, no caso do Chile uma mulher indígena presidindo a Convenção, mas é um movimento muito importante.

– E como o senhor enxerga essa movimentação progressistas na América Latina em um contexto mais amplo?

– Esse movimento acontece em um momento de geopolítica complexo. Um momento em que houve uma mudança nos Estados Unidos. O presidente faz uma política progressista internamente, uma política que é até mais que keynesiana em algum sentido, porque tem a taxação dos ricos para financiar os investimentos em infraestrutura, em educação, em combate à desigualdade, entre outros. Por outro lado, uma política na América Latina totalmente defasada, que busca ver tudo sob o ângulo da competição com a China e com a Rússia

e de uma maneira perversa, porque continua, em grande medida, apoiando governos de direita. Essa visão é ilustrada recentemente pela vinda do diretor da CIA à Colômbia e ao Brasil, uma coisa talvez inédita, curiosamente em dois países cujos governantes apoiaram Trump abertamente. É uma contradição.

– Também teve a questão das novas sanções à Cuba, né?

– Há uma renovação das pressões sobre Cuba, repudiadas internacionalmente. Vários países membros da OEA impediram que se levasse adiante uma reunião sobre a situação cubana, o que é muito interessante. O contraponto foi o presidente AMLO, do México, que tem tido posições muito progressistas em relação à Cuba. Ele tem falado em algo muito importante, que é substituir a OEA pela Celac. Isso é, substituir uma organização dominada pelos Estados Unidos, com a presença de um outro país superdesenvolvido que é o

Canadá, por uma organização estritamente caribenha e latino-americana e que seja objeto de um tratado, pois até hoje a Celac é apenas um fórum.

– E como fica o Brasil nessa nova conjuntura?

– É claro que o Brasil tem um peso enorme nesse contexto e os olhos todos estão colocados aqui. Essas mudanças muito importantes que estão ocorrendo dependem do Brasil para se concretizarem plenamente. É muito difícil você pensar uma América Latina unida sem o Brasil. Então, para o bem e para o mal, o Brasil é um exemplo que conta. Claro que o Bolsonaro é um caso extremo, não chega a ser exemplo para ninguém, mas de qualquer maneira é um elemento de dúvida no conjunto do processo de integração e de cooperação pela paz na região.

Tenho confiança que essa nova tendência que está se afirmando em vários países vai se afirmar também no Brasil. Temos que chegar até as eleições e ganhá-las e tudo indica que isso ocorrerá. E aí, nós teremos uma América Latina e Caribe reforçados, integrados e com capacidade de dialogar com outros grandes blocos do mundo.

Como eu sempre tenho dito, a China é um bloco em si mesmo, os Estados Unidos são um bloco em si mesmos, a União Europeia é um bloco por definição, outros países em desenvolvimento estão tentando se agrupar e o Brasil, que já trabalhou muito pelo IBAS, pelos BRICS, por outras formas de melhoria do equilíbrio internacional, tem condições de trabalhar pela sua integração sul-americana e latino-americana. Para isso, precisamos fortalecer o Mercosul, ajudar a ressuscitar a Unasul e contribuir para o desenvolvimento da Celac. •



Presidência da República

CASTILLO ASSUME O PODER

O novo presidente do Peru toma posse e dá sua primeira mensagem com seu inseparável chapéu de palha de aba larga e copa alta, típico do meio rural peruano: “Precisamos de uma nova Constituição”

O Peru tem, pela primeira vez em sua história, um presidente que vem dos setores mais pobres e excluídos do país. Quem assumiu o poder é um camponês e professor rural, saído fora das elites e círculos do establishment, que criou esperanças de mudança em um país com profundas desigualdades exacerbadas por três décadas de agenda neoliberal. Alvo das elites que perderam o poder, Pedro Castillo tomou posse em 28 de julho. Um acontecimento histórico, que ocorreu no dia do bicentenário da independência do país.

Com o professor e sindicalista que se tornou presidente, o Peru se une aos países da região com governos progressistas – os presidentes da Argentina, Alberto Fernández, e da Bolívia, Luis Arce, compareceram à posse, ao lado dos conservadores Iván Duque (Colômbia), Sebastián Piñera (Chile) e Guillermo Lasso (Equador).

Castillo prestou juramento “pelos povos do Peru, por um

país sem corrupção e por uma nova Constituição”. Ele o fez perante a presidenta do Congresso, María del Carmen Alva, da Ação Popular, oposição de centro-direita. “Desta vez, um governo do povo veio governar com o povo e para o povo, construir de baixo para cima. É a primeira vez que nosso país será governado por um camponês, uma pessoa que, como muitos peruanos, pertence aos setores oprimidos há tantos séculos”, disse.

Castillo propôs a convocação de uma Assembleia Constituinte para mudar a atual Constituição que vem da ditadura Fujimori. Este foi o anúncio mais significativo politicamente. O presidente ressaltou que a mudança da Constituição é uma de suas principais bandeiras. Ele lembrou que a atual Carta “beneficia as grandes corporações para que tirem nossas riquezas”. E destacou: “É necessária uma nova que nos permita mudar a face de nossa realidade econômica e social”. •

GRUPO DE PUEBLA CELEBRA GOVERNOS POPULARES

Encontro virtual marcou os dois anos de existência da organização, que conta com a participação de 52 líderes progressistas de 16 países. Iniciativa reafirma importância de nova agenda para a América Latina

O Grupo de Puebla comemorou, na sexta-feira, 30, dois anos de fundação. A organização conta com a participação de 52 líderes progressistas de 16 países e tem atuado na defesa da democracia, da autodeterminação dos povos, na denúncia do lawfare e na proposição de um sistema solidário de desenvolvimento para a superação da desigualdade e dos efeitos da pandemia na América Latina, Caribe e Espanha.

Para marcar a data, o Grupo de Puebla realizou um encontro virtual que contou com a presença dos presidentes da Argentina, Alberto Fernández, e da Bolívia, Luis Arce. Também estiveram presentes os ex-presidentes Ernesto Samper (Colômbia), José Luis Zapatero (Espanha), Leonel Fernández (República Dominicana) e Rafael Correa (Equador).

Arce fez dura crítica à Organização dos Estados Americanos (OEA), instituição que referendou o golpe contra o presidente Evo Morales nas eleições presidenciais bolivianas de 2019. "A OEA é uma organização internacional que responde aos interesses norte-americanos. Se não a limitarmos, com certeza voltarão a querer transcender fronteiras e nos influenciar", afirmou.

O presidente da Argentina também reiterou a mesma posição de Arce e defendeu que a atuação



COMPROMISSO DEMOCRÁTICO O ex-presidente da Espanha José Luis Zapatero lembrou da denúncia do golpe na Bolívia e na perseguição a Lula

da OEA nas eleições da Bolívia em 2019 seja investigada e julgada. "Os anos Trump fizeram da OEA um esquadrão de guarda militar para avançar sobre os governos populares. Não há dúvida sobre o que aconteceu na Bolívia. Também digo como Andrés Manuel Lopez Obrador: como é, a OEA não funciona", declarou.

Alberto Fernández também avalia que a pandemia de Covid-19 reafirmou a necessidade de um Estado forte. "A pandemia ensinou-nos a importância do Estado, que é quem garante a solidariedade a quem necessita. Se o Estado não arbitrar e colocar a igualdade onde não existe, não há mercado que promova a igualdade", defendeu.

Ex-presidente da Espanha, Zapatero reafirmou as posições do Grupo de Puebla. "Demonstramos nossa afirmação democrática com nossa posição no golpe na Bolívia e nosso compromisso com a inocência e a liberdade de Lula", disse.

Já o presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, fez uma síntese do encontro e abordou as perspectivas e desafios. Ele recordou que a iniciativa nasceu em um momento de defensiva política e resistência do progressismo, depois de vários golpes, derrotas eleitorais, um forte processo de lawfare contra os principais líderes populares da região, como foi o caso da injusta prisão de Lula.

"Estávamos dispersos e o Gru-

po de Puebla foi um espaço de rearticulação para atuarmos de forma solidária e ativa, como foi na campanha Lula Livre, contra o golpe na Bolívia e a perseguição judicial e em defesa das lideranças perseguidas e exiladas e da democracia no continente”, explicou.

Mercadante disse ainda que o Grupo tem trabalhado em políticas programáticas para a reconstrução da América Latina. “Seguimos trabalhando fortemente durante a pandemia, com a proposta do auxílio emergencial e do acesso gratuito à vacinas, e agora estamos formulando propostas para construir um modelo de desenvolvimento solidário capaz de superar o neoliberalismo”, declarou.

De acordo com ele, essa formulação envolve repensar um novo papel do estado, a transição digital e ecológica, a reindustrialização da região e uma economia de maior valor agregado. “Temos que pensar uma política econômica baseada em missões socioambientais e no combate a fome, ao desemprego e a desigualdade”, expos.

Como desafios para o Grupo de Puebla, Mercadante apontou a construção de um centro de pesquisa, mais ações de formação política, a retomada dos encontros presenciais e o fortalecimento dos grupos jurídico e parlamentar da organização. “Se eu pudesse sintetizar esse período da história, eu diria: resistimos e voltaremos”, concluiu.

Durante o encontro, o Grupo de Puebla lançou ainda um documento com um balanço das atividades da organização. O texto também celebra a ascensão de governo populares na Argentina, no México, no Peru e na Bolívia e reafirma a importância do progressismo para o continente. A íntegra está disponível no site da [Focus Brasil](#). •

NO BALANÇO, AGENDA PÓS-PANDEMIA

Em meados deste ano, o Grupo de Puebla, convicto da gravidade da pandemia e do profundo impacto que estava causando, e com o apoio de um grupo acadêmico de alto nível, aprovou uma Agenda Progressista para o Pós-pandemia que recolheu propostas relacionadas ao seu financiamento, bem como à necessidade de uma posterior reconstrução do tecido social, a reativação econômica e o fortalecimento da democracia como respostas aos desafios da pós-pandemia.

No plano social, denunciamos a vulnerabilidade dos trabalhadores do setor informal atingidos pelos confinamentos e as novas falhas na educação e a falta de conectividade em tempos de pandemia. Para superá-los, propõe a aprovação de uma renda básica solidária capaz de permitir amortecer o duro golpe provocado por quase dois anos de pandemia.

Mais recentemente, somou-se aos apelos para que a vacinação em nível global não acabe refletindo as assimetrias existentes entre o Norte desenvolvido e o Sul Global e para que, em função das necessidades objetivas, os países da imensa periferia possam ter acesso massivo à imunidade de rebanho. Daí a importância de que o Sul em uníssono e sem divisões, apoie a quebra imediata de patentes para a produção global de produtos biológicos.

Na mesma linha, o Grupo manifestou a necessidade de convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para tratar de soluções para a pandemia e formas de reativar solidariamente as economias de todo o mundo, levando em conta as assimetrias nos graus de vulnerabilidade e desenvolvimento.

Também têm ecoado as propostas de mudanças nos termos

da tributação internacional, como o acordado recentemente pelo G20 acerca de um imposto básico para as empresas transnacionais mais ricas, a começar pelas gigantes digitais, que deve ser pago nos países onde são gerados lucros ao invés de transferi-los para paraísos fiscais, sonogando impostos.

O Grupo de Puebla tem pela frente enormes desafios e, nestes dois anos, tem demonstrado a força de espaços de “concertación” da sociedade civil, que no curto e médio prazos deverá significar uma América Latina mais progressista, ou seja, mais justa, mais sustentável e integrada. É o único caminho para não regressar ao dramático quadro de região mais desigual do planeta. Neste esforço, não pode deixar de submeter se aos princípios da democracia, dos direitos humanos e da paz que o norteiam.

Não poderíamos concluir este balanço sem fazer uma breve, mas clara referência à recente decisão do governo dos Estados Unidos de endurecer ainda mais o bloqueio que mantém contra Cuba, de forma ilegal e desumana há mais de 60 anos. Esta decisão equivocada trará consequências negativas no caminho de construção de um novo relacionamento na região, depois do governo de Donald Trump.

Felizmente, ventos progressistas sopram na região, a exemplo da eleição dos novos governos da Argentina, Bolívia, México e Peru, a instalação da Assembleia Constituinte social e paritária no Chile, as históricas mobilizações dos jovens na Colômbia e a proposta de um Novo Modelo Solidário de Desenvolvimento. Cinco princípios que nos uniram desde o nosso surgimento republicano: liberdade, igualdade, justiça, democracia e soberania. •



SOLIDARIEDADE A CUBA

México, Rússia e China demonstram apoio a Díaz-Canel e pressionam Estados Unidos contra o bloqueio que já dura mais de seis décadas. "Resistir durante 62 anos sem submissão é uma grande façanha", destaca o presidente Andrés Manuel López Obrador. Putin mandou ajuda humanitária à ilha rebelde e China reiterou apoio, condenando americanos

Em meio à tentativa de estrangulamento dos Estados Unidos a Cuba, três movimentos de líderes globais reforçaram o sentimento de solidariedade internacional ao presidente Miguel Díaz-Canel. No sábado, 24, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, destacou a resistência e a honra de Cuba perante o bloqueio dos Estados Unidos, imposto há mais de seis décadas. López Obrador considerou que Cuba “merece ser declarada Patrimônio da Humanidade”. Ao mesmo tempo, Rússia e China sinalizaram apoios ostensivos a Cuba, com envio de alimentos e ajuda humanitária.

Na abertura da reunião de chanceleres de países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), Obrador parabenizou o esforço do povo cubano. “Acredito que pela luta em defesa da soberania de seu país, o povo cubano merece o prêmio de dignidade”, disse. Ele declarou que o bloqueio comercial e financeiro contra a ilha é uma ação injusta e pediu aos Estados Unidos que mudem sua política em relação à América Latina e em particular a Cuba.

O presidente mexicano denunciou que “Washington nunca deixou de realizar operações abertas

ou encobertas contra países independentes localizados ao sul do Rio Grande”. E destacou que “a influência da política externa dos Estados Unidos é predominante nas Américas”. “Há um caso especial, o de Cuba, o país que há mais de meio século afirma sua independência, enfrentando politicamente os Estados Unidos”, disse. “Pode-se concordar ou não com a Revolução Cubana, mas resistir durante 62 anos sem submissão é uma grande façanha”.

“Minhas palavras podem irritar alguns ou muitos, mas como diz a canção de René Pérez, sempre digo o que penso. Consequentemente, acredito que por causa de sua luta em defesa de sua soberania, de seu país, o povo de Cuba merece o prêmio de dignidade”, afirmou. “É inaceitável a política exercida nos últimos dois séculos, caracterizada por invasões, colocar ou retirar governantes ao capricho da superpotência. Digamos adeus às imposições, ingerências, sanções, exclusões e bloqueios”.

Ainda no sábado, 24, a Rússia enviou dois aviões com ajuda humanitária para Cuba, incluindo 1 milhão de máscaras para auxiliar no combate ao forte aumento de casos de Covid-19 na ilha. Os itens foram despachados por ordem do presidente Vladimir Putin para o país aliado em dois aviões do Mi-

nistério da Defesa. São 88 toneladas com alimentos e equipamentos de proteção individual.

A ilha socialista de 11 milhões de habitantes vive um aumento preocupante no número de infecções e mortes por Covid-19. Desde o início da pandemia, foram registrados 316.383 casos e 2.203 mortes, segundo dados oficiais desta sexta-feira. Somam-se a essa situação as dificuldades econômicas causadas pelo embargo econômico dos Estados Unidos. Na semana anterior, a Casa Branca impôs novas sanções a Cuba, na primeira ação concreta do presidente Joe Biden para colocar pressão sobre a ilha.

Na semana anterior, o governo da China, sob a liderança de Xi Jinping, declarou apoio ao regime cubano. “A China se opõe à interferência estrangeira nos assuntos internos de Cuba e apoia o que Cuba tem feito na luta contra a Covid-19”, declarou Pequim.

A diplomacia chinesa afirmou, ainda, que está pronta para trabalhar com o país caribenho e apontou o embargo aplicado dos Estados Unidos como “raiz da escassez de remédios e energia” na ilha. “Os Estados Unidos deveriam levantar totalmente o embargo e desempenhar um papel positivo na ajuda ao povo cubano para superar os efeitos da epidemia”. •

BOLÍVIA TAMBÉM ANUNCIA AJUDA

O governo da Bolívia anunciou o envio de ajuda humanitária para Cuba, na doação de bens médicos e alimentares. O presidente Luis Arce declarou que seu governo aprovou um decreto autorizando a remessa de seringas, alimentos e insumos de biossegurança à ilha. Arce disse que Cuba “ensinou” que solidariedade é “compartilhar

o pouco que se tem com quem mais precisa”.

Ele ainda denunciou o “brutal” bloqueio econômico norte-americano contra Cuba, que afeta os direitos à saúde e à alimentação do povo. “Toda a nossa solidariedade com o povo e governo de Cuba, que enfrentam não apenas os efeitos da pandemia, mas também o brutal bloqueio econômico e comercial imposto pelos Estados Unidos e que, hoje mais do que nunca, afeta os direitos à saúde e à alimentação dos irmãos cubanos”.

O ato de solidariedade foi justificado como resposta aos efeitos do bloqueio econômico que a ilha do Caribe tem sofrido nos últimos anos, em especial a partir das manifestações ocorridas em 11 de julho. Um avião Hercules levou para Cuba, na sexta, 30 de julho, 2,5 toneladas de seringas descartáveis, 16,5 toneladas de alimentos, e uma tonelada de suprimentos de biossegurança. O governo está preparando, junto a organizações sindicais e sociais, outras doações solidárias para Cuba. •



CUBA E O DEBATE SOBRE O SOCIALISMO

A agressão imperialista torna impossível existir um caminho ótimo, perfeito, harmônico, sem contradições. Além da solidariedade, não há como escapar do debate permanente que se trava a respeito de Cuba. Boa parte é – por dever e direito – cubano: cabe aos “mambises” decidir o que farão de suas vidas

Por Valter Pomar

No dia 26 de julho de 1953 aconteceu o assalto rebelde ao Quartel Moncada. Do episódio surgiu o nome do Movimento 26 de Julho, organização que – com aliados e no curso de uma revolução popular – chegou ao poder no dia 1 de janeiro de 1959.

A história do que veio depois é mais ou menos conhecida. A revolução converteu-se em socialista por força de uma dupla pressão: de um lado, a luta popular em favor de suas reivindicações; de outro, a reação combinada da oligarquia cubana e do imperialismo contra a revolução.

Que destino teria a revolução cubana se não existisse a União Soviética? Não há como saber. O que sabemos é que a URSS acabou, Cuba sobreviveu, mas os Estados Unidos não cessaram o bloqueio, nem cessou a pressão pela “mudança de regime”. Pelo contrário, com Trump e com Biden a pressão sobre Cuba aumentou.

Que fazer diante desta situação? Antes de mais nada muita solidariedade, pelo menos da

parte daqueles que percebemos que não haverá alternativa boa em caso de triunfo do imperialismo.

Além da solidariedade, não há como escapar do debate permanente que se trava a respeito de Cuba. Boa parte deste debate é – por dever e direito – cubano: cabe aos “mambises” decidir o que farão de sua vida.

Mas há um aspecto do debate que é universal: trata-se do que entendemos por “socialismo”.

Há várias definições a respeito, mas tanto inimigos quando defensores giram ao redor das mesmas variáveis fundamentais: a “igualdade” e a “liberdade”.

Para os inimigos, o socialismo geraria menos liberdade e menos igualdade. Para impor a igualdade, se teria limitado a liberdade. E limitando a liberdade, cresceria a miséria e a desigualdade.

Já para os defensores, o socialismo geraria mais igualdade e mais liberdade. A libertação da maioria tornaria possível a busca da igualdade. E a igualdade tornaria possível uma liberdade de novo tipo.

Entretanto, os defensores do socialismo não encaram de maneira uniforme a relação que existe

(ou que deveria existir) entre igualdade e liberdade, especialmente em condições de imperialismo, como ficou mais uma vez evidente na polêmica recente acerca das manifestações ocorridas em Cuba.

As diferenças e divergências são variadas, muitas delas remetendo para a seguinte questão: será possível construir o “socialismo em uma só ilha”?

Para aqueles que consideram que o socialismo é essencialmente a divisão igualitária da riqueza já existente, obviamente que sim. É verdade que restaria ao socialismo enfrentar pelo menos dois problemas: como tratar as desigualdades herdadas do passado e como impedir que surjam novas desigualdades.

Há exemplos – especialmente no passado – de sociedades mais ou menos isoladas, com baixa desigualdade social e com diferentes níveis de liberdade. E podemos especular sobre como isto poderia ser feito no presente, se existissem condições favoráveis de temperatura e pressão.

Mas vamos deixar de lado este mundo hipotético e coloquemos a questão nos seguintes termos: é possível construir o “socialismo em

uma só ilha”, se esta “ilha” for vítima da agressão continuada de um inimigo materialmente superior?

Neste caso, além das desigualdades herdadas do passado e das que poderiam surgir de “condições normais”, teríamos novas desigualdades produto das agressões externas. E o esforço para conter estas agressões tenderia a estimular o surgimento de novas desigualdades.

Não precisamos especular sobre como esta situação poderia ser compensada pela ajuda externa e que tipo de efeitos colaterais esta ajuda poderia causar: o estudo da relação entre Cuba e URSS nos fornece abundante material histórico.

O que podemos especular é: no longo prazo, caso esta situação se mantivesse, resultaria no quê? Uma sociedade sob cerco eterno, compensado por um também eterno auxílio? Que tipo de igualdade e que tipo de liberdades seriam possíveis nestas condições?

De maneira mais geral, será possível enfrentar um capitalismo em constante desenvolvimento tecnológico, se o socialismo não for também capaz de desenvolver as forças produtivas em nível pelo menos equivalente?

Voltando ao caso de Cuba, não saberemos nunca o que aconteceria caso a URSS não tivesse desaparecido. O que sabemos são os efeitos históricos derivados deste desaparecimento, combinados ao agravamento do cerco estadunidense.

A divisão igualitária do que se possuía foi complicada pela redução substancial daquilo que se possuía. Tornou-se cada vez mais difícil superar as desigualdades anteriores à revolução. Além disso, novas desigualdades foram introduzidas pelas medidas indispensáveis adotadas para compensar o fim da ajuda externa, como o turismo, a dupla moeda etc. E as possibilidades de desenvolvimen-

to das forças produtivas foram ainda mais reduzidas.

Para agravar a situação, as medidas políticas indispensáveis à luta contra a agressão externa continuam a consumir recursos escassos (agravando a desigualdade). E as crescentes desigualdades internas provocam conflitos reais, que por sua vez são em alguma medida estimulados e até financiados pelo agressor externo. Isto por sua vez coloca a liberdade sob pressão crescente, inclusive por dificultar a atuação dos críticos

AS MEDIDAS POLÍTICAS INDISPENSÁVEIS À LUTA CONTRA A AGRESSÃO EXTERNA CONSUMEM RECURSOS ESCASSOS

socialistas do “socialismo realmente existente”. Sendo que alguns chegam a afirmar que as medidas políticas adotadas para lutar contra o inimigo externo estariam, ao menos parcialmente, à serviço da manutenção do status quo, que pelos motivos já expostos não é de crescente igualdade.

Há várias conclusões a tirar desta situação. Uma delas é: a agressão imperialista torna impossível existir um caminho ótimo, perfeito, harmônico, sem contradições*.

Portanto, ao menos em países

como Cuba, com limitações materiais e históricas enormes, sob pressão direta e constante de um inimigo desproporcionalmente mais poderoso, a disjuntiva fundamental é: ou 1) deixar a luta pelo socialismo para quando mudar o contexto histórico estrutural ou 2) buscar fazer o melhor e o máximo possível nas condições dadas.

Reconhecer as limitações históricas e estruturais não significa negar a existência de margem de manobra, nem justifica opções políticas que prejudicaram/prejudicam a luta pelo socialismo entendido simultaneamente como igualdade e liberdade. Reconhecer as limitações dadas significa apenas compreender que a derrota do imperialismo é condição sine qua non para ampliar as possibilidades do socialismo significar efetivamente a máxima igualdade e a máxima liberdade.

Podemos debater muito, contrafactualmente, acerca do que teria ocorrido em Cuba se tivesse prevalecido a alternativa de “deixar a luta pelo socialismo para outro momento”. Mas por mais que se debata a respeito, não há como provar que a passividade seja superior à rebeldia, do ponto de vista político, histórico e humano.

Pelos dois motivos, honra eterna aos rebeldes de 1953 e a todos os cubanos e cubanas que não dobram sua espinha ao império.

Viva Cuba Livre! •

* PS. é curioso como líderes e intelectuais da esquerda – que em seus próprios países são muitas vezes os primeiros a apresentar as limitações da conjuntura como explicação e justificativa para todas as concessões que fazem nos processos reformistas de que participam – sejam tão maximalistas na hora de exigir perfeição e coerência dos processos revolucionários noutros países. Mais contraditórios, só os defensores da iconoclastia-tão-somente-em-terra-estrangeira.



POLÍTICA DE PROSTÍBULO

Kennedy: “Não existe um país no mundo, onde a colonização econômica, a humilhação e a exploração foram piores que as que aconteceram em Cuba, devido à política do meu país”

Por Marcelo Zero

Pouco antes da revolução cubana, Arthur M. Schlesinger, Jr., historiador, ganhador do Prêmio Pulitzer, foi encarregado pelo presidente Kennedy de fazer uma análise da situação na ilha.

Disse ele sobre Havana: “Me horrorizou a maneira como essa adorável cidade tinha se transformado desgraçadamente em um grande cassino e prostíbulo para os homens de negócios norte-americanos. Meus compatriotas ca-

minhavam pelas ruas, se deitavam com garotas cubanas de 14 anos e jogavam fora moedas só pelo prazer de ver os homens chafurdando na sarjeta para recolhê-las”.

A conclusão da análise dizia simplesmente o seguinte: “A corrupção do governo, a brutalidade da polícia, a indiferença em relação às demandas da população por educação, saúde, habitação e por justiça social e econômica constituem-se num convite aberto à revolução”.

Obviamente, Schlesinger estava corretíssimo. Totalmente equivocados estavam os que descre-

viam a Cuba de Batista como um paraíso na Terra, como faz até hoje a propaganda anticomunista.

Schlesinger não estava só. O próprio presidente John F. Kennedy, que foi crítico a Batista em seu final, declarou, em tom de autocrítica: “Penso que não existe um país no mundo, incluindo os países sob domínio colonial, onde a colonização econômica, a humilhação e a exploração foram piores que as que aconteceram em Cuba, devido à política do meu país, durante o regime de Batista”.

No campo político, Fulgencio foi um ditador sanguinário. Quem

diz isso não foram os comunistas ou os “bolivarianos”. Foi John Kennedy que afirmou que: “Nosso fracasso mais desastroso foi a decisão de dar status e apoio a uma das mais sangrentas e repressivas ditaduras na longa história da repressão latino-americana. Fulgencio Batista assassinou 20 mil cubanos em sete anos – uma proporção maior da população cubana que a proporção de norte-americanos que morreram nas duas guerras mundiais – e transformou Cuba em um Estado policial total”.

Assim, a Revolução Cubana não aconteceu por acaso. Foi reação popular a uma cruel ditadura apoiada pelos EUA, tanto o governo quanto grupos econômicos da máfia norte-americana. A autocrítica de Kennedy veio muito tarde.

A autocrítica também falta agora na administração Biden, que, emulando o pior de Trump, resolveu apertar o bloqueio de seis décadas, com a esperança de utilizar os atuais protestos para impor mudança de regime em Cuba.

Trata-se de embargo contra-producente, ilegal e cruel, que tem impacto negativo direto na alimentação, na educação e na saúde do povo cubano, uma vez que impede ou dificulta a chegada de alimentos, equipamentos escolares e medicamentos à Cuba.

Conforme a Cepal, o vergonhoso embargo imposto unilateralmente pelos EUA a Cuba já causou um prejuízo financeiro de ao menos US\$ 130 bilhões, em suas seis décadas de existência. Para uma economia pequena como a de Cuba, é um prejuízo gigantesco, que impede o desenvolvimento e a diversificação produtiva da ilha caribenha.

Ademais, esse bloqueio anacrônico, concebido no auge da Guerra Fria, contraria frontalmente a Carta das Nações Unidas e as regras do direito internacional público, pois impõe sanções extraterritoriais a empresas e países

que desejem comerciar ou investir livremente em Cuba.

O bloqueio não é apenas contra Cuba; é também contra a comunidade internacional.

Por isso, desde 1992, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou, por imensa maioria, 29 Resoluções que condenam, de forma clara e veemente, o embargo ilegal e cruel imposto à Cuba e ao mundo pelo EUA. Somente os EUA, Israel e, mais recentemente, o Brasil de Bolsonaro, se recusam

O VERGONHOSO EMBARGO IMPOSTO PELOS EUA A CUBA JÁ CAUSOU UM PREJUÍZO DE US\$ 130 BILHÕES EM SEIS DÉCADAS DE EXISTÊNCIA

a condenar o bloqueio ilegal.

A flagrante ilegalidade do bloqueio tornou-se criminosa com as adicionais 243 regras comerciais restritivas e draconianas impostas pelo governo Trump à Cuba em plena pandemia, as quais têm impedido esse país de receber imprescindíveis equipamentos de saúde, como respiradores, vacinas e outros insumos, vitais para salvar vidas de cidadãos cubanos. Foi isso que estimulou a atual onda de protestos.

É inadmissível e incompreensível que, já entrando na terceira

década do século 21, os EUA continuem a reger sua política externa em relação à Cuba e à América Latina com base em diretrizes anacrônicas herdadas da Guerra Fria. É vergonhoso que essa vertente da política externa dos EUA continue a refletir os interesses minoritários e reacionários da comunidade anticomunista da Flórida, e não os autênticos anseios dos povos latino-americanos.

Esperava-se bem mais da política externa do presidente Joe Biden, a qual pretendia, em tese, colocar ênfase em negociações, formação de alianças e no fortalecimento do multilateralismo. Em relação à Cuba, esperava-se, no mínimo, que Biden continuasse a política, iniciada por Obama, de revisão do bloqueio ilegal, que sacrifica a população cubana.

Os óbvios problemas econômicos e políticos de Cuba não serão resolvidos com mais embargo e intervenções típicas da “guerra híbrida”. O bloqueio e as sanções, que não funcionaram, para os objetivos pretendidos, durante seis décadas, continuarão a ter efeito contraproducente.

O cinismo do Império é, neste caso, evidente. Os EUA não estão preocupados com democracia e direitos humanos. Preocupam-se apenas em assegurar que o “quintal” esteja geoestrategicamente alinhado aos seus interesses.

No altar desses interesses, foram historicamente sacrificados direitos humanos, democracias, desenvolvimento, sonhos, esperanças. Nas veias abertas da América Latina, circularam impunemente ditadores e torturadores impostos pelos EUA, como Fulgencio Batista.

Desde que os interesses de Washington estejam assegurados, na sua luta geopolítica contra China e Rússia, vale tudo.

Vale até transformar um país inteiro em cassino e prostíbulo. •



LULA: NEGOCIAÇÕES CUBA-EUA PARA ACABAR COM BLOQUEIO

Em entrevista à tevê mexicana, o ex-presidente defende que Biden retome o diálogo com a ilha caribenha e interrompa o bloqueio. Ele lembrou que Trump adotou 243 medidas contra o país caribenho. Há muito ódio acumulado dos cubanos em Miami

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na sexta-feira, 30, a criação de uma mesa de negociações entre Cuba e os Estados Unidos para levantar o bloqueio e impedir as tentativas de um país de interferir no outro. Durante a primeira parte de uma entrevista concedida ao Canal 11 do México, o fundador do Partido dos Trabalhadores afirmou: “Temos que entender 60 anos de bloqueio. Há muito ódio acumulado pelos cubanos em Miami contra os cubanos em Cuba”.

Ele ressaltou que, se não houvesse um cerco de ferro por Washington, “Cuba poderia ser como a Noruega, a Holanda ou a Suíça. Porque tem pessoas muito qualificadas”. Ele considera que em vez de exacerbar os protestos e anunciar novas restrições, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, deveria ter suspenso as 243 medidas coercitivas

adotadas por seu antecessor, o republicano Donald Trump, contra a ilha caribenha.

Lula declarou-se um admirador da Revolução Cubana e recomendou que Biden jogasse fora o ódio acumulado ao longo de 60 anos e pedisse ao governo cubano que falasse. “Vamos tentar por uma solução negociada. E veja o que pode ser feito para remover o bloqueio”, disse o ex-presidente. As negociações teriam como objetivo acabar com o cerco econômico, comercial e financeiro dos EUA contra a ilha, que dura mais de seis décadas.

O ex-presidente também apelou para uma maior integração entre o México e outros países da América Latina, incluindo o Brasil. Disse que a cooperação entre os países da região é importante para contrariar o domínio dos Estados Unidos no continente e também para melhorar as condições de negociação com outros

blocos, como a União Europeia, e potências, como a China.

“Se agirmos como um bloco, estabelecendo uma parceria, sem a hegemonia de um país sobre outro, podemos criar um bloco extraordinário e economicamente forte de mais de 400 milhões de seres humanos”, disse. Lula defendeu o aprofundamento do intercâmbio econômico, tecnológico e educacional entre brasileiros e mexicanos, mas admitiu que no momento é difícil devido à ação do presidente Jair Bolsonaro.

E comparou as situações entre os dois países. “Enquanto temos um bom presidente no México, que é (Andrés Manuel) López Obrador, não temos um bom presidente no Brasil”, lamentou. “Na verdade, somos governados por um homem genocida”, criticou Lula, lembrando que, por conta da má gestão da Covid-19 pelo governo Bolsonaro, o Brasil tem mais de 555 mil mortos. •

LITERATURA



O SERTÃO É A METÁFORA DO BRASIL

O Brasil emerge como estação primeira da grande viagem de Guimarães Rosa. É o que conhecemos em nossa história e formação, o Estado distante, quando não totalmente ausente

Por Patrus Ananias

Grande Sertão: veredas, de Guimarães Rosa, que está completando 65 anos de lançamento, é uma obra profundamente brasileira, sertaneja. Uma obra política, no sentido mais alargado da palavra.

O Brasil, em várias dimensões, da linguagem aos territórios, passando pela nossa história, é a grande presença nesta obra genial. É o ponto de partida para as reflexões que transcendem o tempo e os espaços nacionais.

Guimarães Rosa contextualiza o sertão em termos de espaços geográficos e seus vazios, territórios confusos e difusos, como sempre foi o não resolvido tema da ocupação de terras no Brasil. Além da crítica social, explicita ainda a ausência total do Estado e da lei, tempos do coronelismo e dos jagunços, que ainda hoje projetam suas sombras: "O senhor tolere, isto é o sertão. (...) onde o criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade".

O Brasil emerge como estação primeira da grande viagem roseana. É o que conhecemos em nossa história e formação, o Estado distante, quando não totalmente ausente. É a busca de uma modernização tardia, que se expressa, entre outras passagens, na referência à Coluna Prestes e nos sonhos e palavreados meio desembestados do personagem Zé Bebelo, querendo impor a lei a seu modo.

Intuitivo e apressado, Zé Bebelo queria impor o progresso e buscava um contorno ainda que

primário de um projeto nacional. Vincula o sertão às dimensões do país, ao confrontar os que "desonram o nome da pátria e esse sertão nacional". O sertão se mostra como espaço da política e metáfora do Brasil.

Em seu discurso de defesa, Zé Bebelo explicita sua visão po-

GUIMARÃES ROSA CONTEXTUALIZA O SERTÃO EM TERMOS DE ESPAÇOS GEOGRÁFICOS E SEUS VAZIOS, CONFUSOS E DIFUSOS

lítica a partir do sertão e da sua dialética sertaneja: ele quer apoderar-se, superar a barbárie, normatizar, levar a presença civilizadora do Estado, imbuído de suas responsabilidades sociais, instituições e serviços, e sair do sertão depois de cumprir a missão integradora: "Ah, este Norte em remanência: progresso forte, fatura para todos, a alegria nacional! (...) A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é

tomando conta dele a dentro...".

Zé Bebelo quer melhorar o Brasil, tem anseios e sentimentos de justiça e desenvolvimento – "o que imponho é se educar e socorrer as infâncias deste sertão" –, mas quer uma mudança conservadora, nos moldes do velho coronelismo, com os votos encabrestados dos cabras comandados por chefes como Joca Ramiro.

Ao falar dos chefes jagunços, inclusive dele próprio, Riobaldo, porta voz sapiencial do autor, ingressa no delicado território do poder: "Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar concertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo...".

Medeiro Vaz, que Riobaldo considerava "o mais supro, o mais sério" dos chefes, escolheu, pelo olhar, já agonizando, o próprio Riobaldo para sucedê-lo. Mas para esse, não obstante os apelos de Diadorim, não havia chegado a hora. Mais adiante, assumiria o poder depois do confronto com Zé Bebelo.

Riobaldo, o Urutu-Branco, viveu as tentações do poder de ser chefe. Cedeu a algumas, resistiu às piores, falhou no ato final. Não pôde salvar a vida de Diadorim. Sai dos territórios do poder e da chefia – "desapoderei". Reencontra Zé Bebelo, que buscava nos novos tempos o novo poder: ganhar muito dinheiro, o poder econômico.

Riobaldo torna-se um abastado fazendeiro. Estaria aí também a sua opção por Otacília? •

* Advogado, é deputado federal pelo PT de Minas Gerais

MÚSICA

HÁ 60 ANOS...

...A ESTRELA DE ELIS COMEÇAVA A BRILHAR

Elogiada por Bob Dylan, patrimônio da cultura nacional, a doce Pimentinha faz muita falta, mas sua genial obra está ao alcance de todos os amantes da MPB

Por Alberto Cantalice

No inverno de 1961, há exatos 60 anos, o selo Continental lançava em LP aquela que foi considerada ao longo da sua carreira como a maior cantora brasileira: Elis Regina Carvalho Costa. Na época, era uma menina com recém completados 16 anos. O disco se chamava *Viva a Brotolândia*. Nascia no rastro dos sucessos de rock de então celebrizados pela cantora Celly Campelo. Com 12 faixas, o álbum tinha versões de sucessos norte-americanos.

Vivendo ainda em Porto Alegre, Elis só viria para o Rio de Janeiro no fatídico e de triste memória 31 de março de 1964, ela já havia gravado outros três discos, ainda sem muito sucesso.

Ao interpretar magistralmente a canção "Arrastão", de Edu Lobo e Vinicius de Moraes, no 1º Festival de Música Popular Brasileira, Elis ganhou o mundo. Literalmente. O músico e compositor Bob Dylan, em seu programa de rádio, encantado com a performance da Pimentinha, recentemente fez um comentário no ar, destacando a genialidade interpretativa da cantora, e suas formas emocionadas ao terminar as apresentações em lágrimas: "Uma das melhores cantoras do Brasil é a Little Pepper, Elis Regina", disse o músico, tocando em seguida um trecho da música "Aquarela do Brasil". Dylan também falou um pouco sobre

a trajetória e a morte trágica da cantora.

Fã de carteirinha da cantora Ângela Maria, a quem sempre homenageava e de quem reconhecia ter adquirido influência, Elis reagia quando a crítica teimava em fazer comparações entre as duas. O que passou a ser recorrente. Homenageou também a cantora e atriz Carmem Miranda, de quem também era admiradora no célebre show "Falso Brilhante", em 1976.

Pimentinha, Furacão Elis, Vulcão em Erupção eram alguns dos epítetos lançados sobre Elis buscando interpretar sua mescla de estilos, timbres e entonações. Profundamente vinculada as raízes da cultura brasileira, ela foi fundamental para a difusão do trabalho de artistas como Edu Lobo, Gilberto Gil, Chico Buarque, Caetano Veloso, João Bosco e Aldir Blanc, Milton Nascimento, Belchior, entre tantos outros. Sua generosidade, solidariedade e combatividade são marcos de uma carreira. E de uma militância em defesa da vida e da liberdade. Ficou célebre sua visita à cantora Rita Lee na prisão por causa de uma acusação de uso de drogas.

Crítica mordaz da ditadura militar, Elis Regina foi levada a depor no antigo Serviço Nacional de Informações - o tenebroso SNI. Em uma entrevista, ela deu a alcunha aos militares que usurparam o poder e impunham a repressão de Gorilas. O que vindo da maior artista da música brasileira era para

eles uma afronta indescritível.

A magnitude da carreira de Elis, bruscamente interrompida em 1982 por sua trágica morte, é objeto para pesquisas, teses e dissertações. Seria muita pretensão querer em tão pouco espaço falar da sua importância para a cultura nacional. Ela é eterna.

Mas, como ousadia não tem limites, arrisco-me nessas breves linhas a lembrar duas passagens marcantes da voz de Elis, o bolero "Dois Pra Lá, Dois Pra Cá", de João Bosco e Aldir Blanc: "*Sentido frio em minha Alma/ Te convidei pra dançar/ A tua voz me acalmava/ São dois pra lá, dois pra cá.../ No dedo um falso brilhante, brincos iguais ao colar/ E a ponta de um torturante Band Aid no calcanhar/ Eu hoje me embriagando de whisky com guaraná, ouvi tua voz murmurando/ São dois pra lá, dois pra cá*".

E, claro, não podia deixar de mencionar a canção que praticamente a lançou para a posteridade: "Arrastão": "*Eh! Tem jangada no mar/ Eh! Eh! Eh!/ Hoje tem arrastão/ Eh! Todo mundo pescar/ Chega de sombra e João Jôvi/ Olha o arrastão entrando no mar sem fim/ Eh! meu irmão traz lemanjá pra mim.../ Minha Santa Bárbara me abençoei/ quero me casar com Janaina/ Eh! Puxa bem devagar/ Eh! Eh! Eh!/ Já vem vindo o arrastão/ Eh! É a rainha do mar/ Vem, vem pela rede João pra mim/ Valha me Deus nosso Senhor do Bonfim/ Nunca jamais e viu tanto peixe assim*".

Para sempre... Inigualável! •

Iconographia/Memorial da Democracia

31 de julho de 1970

CÔNSUL BRASILEIRO É REFÉM NO URUGUAI

O cônsul brasileiro Aloysio Dias Gomide é sequestrado em Montevideu pelo Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, organização revolucionária uruguaia. No mesmo dia, o grupo sequestra também o agente da CIA Dan Mitrione, ex-policia que havia ensinado técnicas de tortura a policiais e militares do Brasil, República Dominicana e Uruguai. Ambos foram levados para o "Cárcere do Povo", onde Mitrione foi interrogado sobre sua participação na tortura de presos políticos. Condenado por um tribunal revolucionário, foi executado em 8 de agosto.

2 de agosto de 1968

PRESO O LÍDER DA PASSEATA DOS 100 MIL

O presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), Vladimir Palmeira, é preso em Copacabana, no Rio, e levado para a 13ª Delegacia de Polícia. Transferido em seguida para o Dops, permaneceu incommunicável. Mais de mil estudantes saíram às ruas para protestar contra a prisão de Palmeira. A PM espancou e dispersou os manifestantes. Pelo menos 15 estudantes foram presos e levados para a Polícia Central. Foi a segunda prisão de Vladimir Palmeira, que na época era ligado à dissidência do PCB da Guanabara. Ele tornou-se o mais importante líder estudantil do Rio e um dos principais organizadores da Passeata dos Cem Mil.



1º de agosto de 1950

PRESTES DEFENDE INSURREIÇÃO ARMADA

A revista "Problemas", do Partido Comunista do Brasil (PCB), publica, sob o título "Nossa Política", documento assinado por Luís Carlos Prestes que marca uma guinada do partido à esquerda. O Manifesto de Agosto – como ficaria conhecido – substitui a estratégia de "coexistência pacífica", defendida no ameno manifesto de 1943, pela aberta luta de classes, já anunciando a disposição do PCB de recorrer às armas para derrubar governos de "traição nacional".

30 de julho de 1979

GREVES SE ALASTRAM E PEÕES SE REVOLTAM

O tratorista Orocílio Martins Gonçalves é morto a tiros por PMs durante manifestação de 10 mil operários da construção civil nas ruas de Belo Horizonte. A greve no setor, que durou três dias, começou e terminou sem direção e sem apoio do sindicato da categoria. A Revolta dos Peões, como ficou conhecida, foi uma das 246 greves deflagradas em todo o país em 1979, estimuladas pelo exemplo dos metalúrgicos do ABC. Mais de 3 milhões de trabalhadores cruzaram os braços. As greves foram realizadas por categorias diversas,

como bancários de Porto de Alegre, Belo Horizonte, Rio e São Paulo, trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco, professores da rede pública de Minas e do Rio, motoristas e cobradores de ônibus de Belo Horizonte e jornalistas de São Paulo. Algumas greves foram totalmente espontâneas. Outras foram organizadas por comissões de empresas, à revelia de dirigentes pelegos, como a dos motoristas de BH, a dos metalúrgicos de São Paulo e Osasco e a da Fiat, em Betim (MG). A repressão foi violenta contra os grevistas.



2 de agosto de 1962

QUE COISA MAIS LINDA, MAIS CHEIA DE GRAÇA!

Estreia, na boate Au Bon Gourmet, em Copacabana, o show "O Encontro", que reúne três grandes nomes da Bossa Nova – Tom Jobim, João Gilberto e Vinícius de Moraes –, acompanhados

do grupo vocal Os Cariocas. O espetáculo, previsto para uma temporada de 45 dias, apresenta canções inéditas, como "Garota de Ipanema" e "Só Danço Samba", de Tom e Vinícius, "Samba do Avião",

de Tom Jobim, e "Samba da Bênção" e "O Astronauta" de Baden Powell e Vinícius. Todas essas músicas ficariam eternizadas no cancionário popular brasileiro, mas "Garota de Ipanema" iria mais longe, tornando-se a composição brasileira mais executada no mundo.

1 de agosto de 2008

CLASSE C É MAIORIA DA POPULAÇÃO NO PAÍS

O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas lança a pesquisa "A Nova Classe Média". Com base em dados do IBGE, o estudo mostra que, pela primeira vez, mais da metade da população brasileira está na classe C: 51,89%, o que corresponde a cerca de 100,5 milhões de brasileiros.

4 de agosto de 1978

NOVO DECRETO TENTA INTIMIDAR GREVISTAS

Governo baixa o decreto-lei 1.632/78, que proíbe as greves no serviço público e em vários setores da economia, sujeitando os grevistas a demissão e até a prisão e enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Foram proibidos de fazer greve bancários, petroleiros, trabalhadores dos setores de energia, comunicação, transporte, saúde e de empresas de água e esgoto,

entre outros. O decreto-lei foi a resposta da ditadura ao avanço do movimento sindical, evidente desde maio com a greve dos metalúrgicos do ABC. Os alvos diretos eram as categorias dos bancários e petroleiros, mais organizadas e lideradas, em muitos locais, por sindicalistas independentes – que não tinham ligações com partidos políticos ou governos.

TUDO CERTO, COMO 2 E 2 SÃO 5

Por Juca Ferreira

No Brasil, a nebulosidade que costuma pairar sobre a cena política vem se dissipando e tudo está ficando muito claro e muito transparente. Só não vê quem não quer.

O que era apenas intuído e só era perceptível em seus contornos pelos mais argutos, está se revelando com muita nitidez, até mesmo para um observador desatento. E, aos poucos, os sujeitos ocultos começam a ser identificados por todos.

Os crimes já são praticados à luz do dia, à vista de todos! Bolsonaro, seus cúmplices e apoiadores estão fazendo do Estado nacional gato e sapato, rebaixando a vida pública a níveis que envergonhariam qualquer republiqueta de bananas.

Para essa extrema direita e para os direitistas que um dia já se acreditaram civilizados, o desmonte em curso do Estado brasileiro e a desmoralização de tudo que é público, não tem importância. Faz parte do show! Não compreendem a importância do Estado e de toda a esfera pública para o futuro do país. Nem estão preocupados com o país!

São escravos do capital e só conseguem enxergar os interesses das classes proprietárias e os seus próprios. Essa é a miopia neoliberal, doença que vem grassando no mundo globalizado. Uma verdadeira pandemia.

Uma doença de difícil cura, causada pelo excesso de exposição ao capital e que tem a capacidade de reduzir a visão de mundo e tem como principal sintoma a dificuldade de ver as coisas como são, em seus significados e importâncias para os seres humanos.

Essa enfermidade causa a re-

dução do campo de visão e da capacidade de ver a grandeza das coisas e é causada pela toxicidade emanada da submissão de toda a humanidade aos interesses das elites econômicas e pela redução de tudo a negócios e lucros dos donos dos meios de produção e dos capitalistas em geral, sob a regência do capital financeiro.

Neoliberalismo faz mal e mata! Principalmente quando é associado aos males do autoritarismo e do golpismo, como aconteceu no Brasil.

Daqui para frente, os operadores das políticas do grande capital no Brasil irão manipular as instituições levando a cooptação ao máximo para submetê-las aos seus objetivos e, se puderem, irão aparelhar toda a República, suas estruturas e todos os recursos públicos, sem nenhum pudor, tentando reverter a tendência de derrota nas eleições.

Perderam a vergonha e estão desmoralizando tudo e todos no país, nesta tentativa de sobrevivência. Se não forem contidos, não deixarão pedra sobre pedra e a grama terá alguma dificuldade para nascer onde eles pisaram.

As instituições encarregadas de zelar pelo Estado e pela lisura no uso dos recursos públicos, mesmo as que estiveram submetidas desde a trama para afastar a presidenta legalmente eleita e que agora estão conseguindo escapar da cooptação golpista, não demonstram capacidade de frear esse processo.

A montanha inflada pela mídia e pela LavaJato pariu um rato. Esse é o triste fim do golpe que deram na democracia brasileira e que chegou a contar com grande adesão nos quatro cantos desse país.

O ministério que estão crian-

do para Ônix com fins eleitorais e golpistas e as portas que foram abertas para o toma lá dá cá com o Centrão é uma demonstração de que Bolsonaro e todos que lhe dão sustentação, seja explícita ou na moita, já não temem nenhuma represália nem punição e que não medirão esforços, nem terão limites éticos, nem de nenhuma outra ordem, nessa tentativa de dar uma sobrevida a esse processo corrosivo e demolidor que o país está vivendo.

E esse truque, o mais grosseiro e mais explícito até agora, de tentar impedir a vitória de Lula com um semi-presidencialismo? É a demonstração mais cabal de que já sabem que perderam e que o apoio que chegaram a ter continuará minguando. E, que, a partir de agora, estarão concentrados em tramocar contra a vontade do povo brasileiro. Estão levando às últimas consequências aquela máxima golpista: Lula não pode se candidatar. Mas se for candidato, não pode vencer. E, se vencer, não pode governar.

Todos os brasileiros e brasileiras que anseiam por uma retomada da vida democrática e do seu permanente aprimoramento, através de uma estabilidade e uma amplitude em uma dimensão que nunca conhecemos em todo o território e que envolva todo o povo brasileiro.

E, que apoiam a retomada do desenvolvimento econômico, político e social do país e estão comprometidos com a justiça social e a sustentabilidade ambiental, terão que se preparar para esse embate. Ele é inevitável! E as primeiras escaramuças já estão se dando... •

Ex-ministro da Cultura nos governos Lula e Dilma.



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.



PROGRAMAÇÃO

02/08 a 06/09
segundas-feiras
19 horas, online

Mesas:

02/08 | Abertura: Paulo Freire, vida e obra

09/08 | Paulo Freire e o PT

16/08 | Gestão pública democrática
numa perspectiva freireana

23/08 | Paulo Freire e as políticas
públicas de educação

30/08 | Educação e política em
Paulo Freire

06/09 | Matrizes do pensamento
freireano

CICLO DE DIÁLOGOS
Paulo Freire
100 ANOS



TRANSMISSÃO:

 /fundacao.perseuabramo

 /FundacaoPerseuAbramo

